

Cadernos da Comunicação
Série Estudos

Breve história da Imprensa Sindical no Brasil



Agradecemos a colaboração especial do sindicalista e pesquisador Vito Giannotti, do Núcleo Piratininga de Comunicação, que tanto nos ajudou com suas informações e esclarecimentos sobre o tema deste Caderno. Agradecemos também o apoio valioso dos professores Alberto Moby Ribeiro da Silva, da Universidade Severino Sombra; Elina Pessanha e Regina Morel, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Ismênia de Lima Martins, da Universidade Federal Fluminense (UFF); ao pesquisador Marco Antônio de Souza Aguiar; a Júlia Proença de Araújo, bolsista do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro; e à Mauad Editora, que gentilmente nos cedeu livros para consulta.

Reproduções de jornais e cartazes da coleção de imprensa sindical do Núcleo Piratininga de Comunicação.

Rio de Janeiro (Cidade). Secretaria Especial de Comunicação Social.

Breve história da imprensa sindical no Brasil / Prefeitura da Cidade

do Rio de Janeiro. – A Secretaria, 2005.

52 p.: il. – (Cadernos da Comunicação. Série Estudos)

ISSN 1676-5494

Inclui bibliografia

1. Imprensa trabalhista – Brasil – História. 2. Sindicatos (Jornalismo).

I. Título.

CDD 070.449333188

DIB/PROC. TEC.

A coleção dos Cadernos da Comunicação pode ser acessada no *site* da Prefeitura/Secretaria Especial de Comunicação Social:

www.rio.rj.gov.br/secs

Setembro de 2005

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Rua Afonso Cavalcanti 455 – bloco 1 – sala 1.372

Cidade Nova

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20211-110

e-mail: cadernos@pcrj.rj.gov.br

Todos os direitos desta edição reservados à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Prefeitura.



Prefeito
Cesar Maia

Secretária Especial de Comunicação Social
Ágata Messina

CADERNOS DA COMUNICAÇÃO
Série Estudos

Comissão Editorial
Ágata Messina
Helena Duque
Leonel Kaz
Regina Stela Braga

Edição
Regina Stela Braga

Redação e pesquisa
Álvaro Mendes

Revisão
Alexandre José de Paula Santos

Projeto gráfico e diagramação
Marco Augusto Macedo

Capa
José Carlos Amaral/SEPROP
Marco Augusto Macedo

CADERNOS DA COMUNICAÇÃO

Edições anteriores

Série Memória

- 1 - Correio da Manhã – Compromisso com a verdade
- 2 - Rio de Janeiro: As Primeiras Reportagens – Relatos do século XVI
- 3 - O Cruzeiro – A maior e melhor revista da América Latina
- 4 - Mulheres em Revista – O jornalismo feminino no Brasil
- 5 - Brasília, Capital da Controvérsia – A construção, a mudança e a imprensa
- 6 - O Rádio Educativo no Brasil
- 7 - Última Hora – Uma revolução na imprensa brasileira
- 8 - Verão de 1930-31: Tempo quente nos jornais do Rio
- 9 - Diário Carioca – O máximo de jornal no mínimo de espaço
- 10 - Getúlio Vargas e a Imprensa
- 11 - TV Tupi, a Pioneira na América do Sul
- 12 - Novos Rumos, uma Velha Fórmula – A mudança do perfil do rádio no Brasil
- 13 - Imprensa Alternativa – Apogeu, queda e novos caminhos
- 14 - Um jornalismo sob o signo da política

Série Estudos

- 1 - Para um Manual de Redação do Jornalismo On-Line
- 2 - Reportagem Policial – Realidade e Ficção
- 3 - Fotojornalismo Digital no Brasil – A imagem na imprensa da era pós-fotográfica
- 4 - Jornalismo, Justiça e Verdade
- 5 - Um Olhar Bem-Humorado sobre o Rio nos Anos 20
- 6 - Manual de Radiojornalismo
- 7 - New Journalism – A reportagem como criação literária
- 8 - A Cultura como Notícia no Jornalismo Brasileiro
- 9 - A Imagem da Notícia – O jornalismo no cinema
- 10 - A Indústria dos Quadrinhos
- 11 - Jornalismo Esportivo – Os craques da emoção
- 12 - Manual de Jornalismo Empresarial
- 13 - Ciência para Todos – A academia vai até o público

Impossível precisar a data certa, mas supõe-se que a imprensa sindical tenha surgido no Brasil há cerca de 120 anos. Tema deste volume dos CADERNOS DA COMUNICAÇÃO – *Série Estudos*, ela nasceu e cresceu sob a bandeira do anarquismo e ganhou impulso com a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB), em 1908. Era uma imprensa tão prolífera, que de 1880 a 1930 chegaram a existir no país mais de 500 jornais anarquistas, muitos em línguas estrangeiras, quase todos criados por iniciativa de intelectuais, que exerciam enorme influência na divulgação das suas idéias políticas entre os trabalhadores.

A criação do Partido Comunista no Brasil, em 1922, transformou os sindicatos em “correia de transmissão do partido”, de acordo com a definição de Lênin. Isso refletiu-se na imprensa sindical, que se tornou mais sóbria e disciplinada do que aquela dos tempos em que o anarquismo era quase hegemônico nas fábricas. O número de trabalhadores havia aumentado significativamente, depois da Segunda Guerra Mundial, devido ao intenso crescimento da indústria e os jornais sindicais se transformaram no principal meio de politização da classe operária.

Getúlio Vargas, já em seu primeiro governo, passou a controlar a classe trabalhadora, criando o sindicato único, o que representou um duro golpe na imprensa sindical, que foi praticamente extinta. Em 1950, já no segundo governo Vargas, a política em relação aos sindicatos sofreu uma mudança radical: voltaram fortalecidas as associações classistas e, com elas, a imprensa e os movimentos sindicais renasceram. Esta tendência se manteve nos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, mas foi completamente sufocada com o movimento militar de 1964, que transformou os sindicatos em instrumentos passivos e assistencialistas.

O final da década de 70 marca um novo despertar para o movimento sindical. Aos operários, com o extermínio do movimento estudantil, coube o papel de vanguarda na luta pela redemocratização, que fez do ABC paulista o seu quartel-general. Já na década de 1980, o novo sindicalismo registra transformações profundas, devido à incorporação de novos veículos de informação e de jornalistas e técnicos em suas redações. Aos jornais vieram se juntar revistas, programas de rádio e de TV, além de boletins eletrônicos e sites na internet, criando um nicho definido no mercado da Comunicação.

CESAR MAIA
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

... a maioria dos operários havia trocado a escola pela fábrica e pela oficina aos 6 e 7 anos de idade, para ajudar seus pais a sustentar a prole. Por isso, os mais ilustrados tinham que ler os jornais e prospectos em voz alta, em grupo, nos locais de trabalho, às horas do 'almoço' ou nas sedes das associações para que a maioria de analfabetos pudesse ouvir, compreender as idéias, os métodos de luta, memorizá-los, assimilá-los!

Edgar Rodrigues, historiador

Sumário

Imprensa sindical ou imprensa operária?	9
No anarquismo, a origem dos movimentos operários.	12
Os anarquistas chegam ao Brasil.	15
Principais publicações sindicais.	25
Fundação do Partido Comunista e ditadura Vargas.	29
Do final da II Guerra ao movimento militar de 1964.	37
A desmobilização pós-64.	43
O novo sindicalismo.	46
Reorganização do movimento sindical.	72
Modernização da imprensa sindical.	78
Regras do jornalismo sindical.	81
Dicas de redação.	83
Anexo 1: Evolução histórica do salário mínimo.	84
Anexo 2: Definições importantes.	88
Principais publicações sindicais.	90
Bibliografia.	93
Notas.	95

A VOZ DO TRABALHADOR

ORGÃO DA CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA

N.º 61

BO DE JANEIRO — BRAZIL — 1 DE MAIO DE 1913

R. 30

PRIMEIRO DE MAIO



Das grande e cruel a memoria operária,
Houve dramas de Paz, além outros de Guerra,
A Bandeira do Amor que se foi manchar...

Data fatal que em si um mesmo tempo encerra
A promessa do Bem ao coração do Povo!
E juntamente de Gêlo aos membros de Ferro!

Ulhas perdidas mil, sem horizonte negro,
Havia sonho em que se vê o Mundo Comandado,
Os seus membros sobre os muros de Chicago!

Grande marco militar a supremacia conquistada
Do P.A.; liberal sobre os operários e Ligei
Frendo-se a Comenda e o comércio a vida...

Calendário! a Sul que se chama o ego,
O sol que o dia e a noite do Povo,
Os muros do Quartel e as favelas do Apele;

E o mundo, ao bruto do grande duto a cidade,
Que aos seus raios ilumina o Monarca por fim se veja
Sobre a Terra, o centro, aberto do pulso!

Max dos Vazquez

Imprensa sindical ou imprensa operária?

É bem tênue e sujeita a questionamentos a linha que separa a imprensa operária da imprensa sindical. Para alguns autores, como a professora e pesquisadora Maria Nazareth Ferreira, imprensa operária é toda aquela que se dirige aos operários, seja ou não escrita por eles, e “aquela cuja temática básica são os problemas dessa classe social”. Já a imprensa sindical seria apenas a que é feita pelos sindicatos, quer escrita por operários ou por jornalistas profissionais contratados para esse fim, desde que dirigida aos operários. Imprensa sindical propriamente dita só teria existido no Brasil depois do movimento militar de 1964, produzida pelos sindicatos modernos “contra o arrocho salarial e a falta de liberdades democráticas”.¹

Também sustenta este ponto de vista o jornalista Nilo Sérgio Gomes², estudioso de assuntos sindicais, para quem só se pode chamar imprensa sindical a que leva em conta, além das questões sociais imediatas, aquelas articuladas a problemas ligados a uma tática e a uma estratégia bem definidas, em vista de uma futura sociedade socialista. Na sua avaliação, a imprensa anarcossindicalista, que dominou no Brasil de 1880 a 1910, aproximadamente, pelo caráter dispersivo e falta de objetivos bem claros quanto ao ponto de chegada, é uma imprensa operária ou proletária, mas não pode ser considerada sindical.

O sindicalista Vito Giannotti³ discorda: para ele, imprensa sindical é toda aquela elaborada pelos sindicatos, ligas etc., em defesa dos interesses dos operários. Vem sendo feita no Brasil pelo menos desde 1879, no Recife; em seguida, no Rio de Janeiro e em São Paulo, sob a direção de intelectuais e operários anarcossindicalistas,

muito antes da fundação do Partido Comunista em 1922. Giannotti esclarece que os anarquistas já tinham suas uniões, ou ligas – verdadeiros sindicatos livres –, que continuaram a existir depois da fundação do Partido Comunista (em 25 de março de 1922, em Niterói, com o nome de Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista – PCB).

O militante anarquista português e historiador do anarquismo brasileiro Edgar Rodrigues⁴ diz que, até 1922, chegaram a circular no Brasil “quatro jornais anarquistas diários, em períodos diferentes”. Vito Giannotti acentua que, de 1880 a 1930, existiram em todo o país mais de 500 jornais de tendência anarquista, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Curitiba e Juiz de Fora. E acrescenta: “A atividade da imprensa sindical livre diminui gradativamente a partir de 1922, quando nasce o Partido Comunista (PCB)”.⁵

A mesma coisa se pode concluir dos pontos de vista de Francisco Foot Hardman.⁶ Quando ele se refere aos “sindicatos livres e independentes” e a seus dirigentes, implica, pelo contraste, a análise de um conceito não apenas ortodoxamente marxista de sindicato e, portanto, uma verdadeira imprensa sindical ligada aos anarquistas.

Para alguns estudiosos, a imprensa de orientação anarquista (anarcossindicalista) seria então uma imprensa *sindical* de pleno direito, e não apenas uma imprensa *operária*. A recusa a considerar sindical essa imprensa anarcossindicalista seria de natureza ideológica, talvez decorrente das lutas ferozes entre marxistas e anarquistas – lutas que remontam a 1864, data de fundação, em Londres, da Primeira Internacional.⁷

Finalmente, existe ainda a chamada imprensa *partidária*, conceito menos amplo do que o de imprensa operária (ou *proletária*) e diferente daquele de imprensa puramente sindical: imprensa partidária seria aquela criada para defender, ao mesmo tempo, a linha

ideológica, isto é, a doutrina de determinado partido e os interesses de classe dos trabalhadores filiados. Nela também se incluiria toda a imprensa envolvida nas lutas sindicais. Por esse motivo, a imprensa partidária está diretamente ligada à imprensa operária e à imprensa sindical, nos seus mais variados aspectos.

Se considerarmos que a imprensa sindical (a de “sindicatos livres e independentes”) surgiu mesmo em torno de 1880 (a data não é rígida, varia conforme os vários autores), ela existe no Brasil há cerca de 120 anos. Como cada união, liga ou sindicato teve, quase sempre, seus órgãos de imprensa, não é nada fácil esboçar uma história da imprensa sindical no Brasil. Isso mesmo era o que escrevia o professor da Escola de Comunicação da USP, Carlos Eduardo Lins da Silva, em março de 1982:

(...) o que há sobre a imprensa sindical são referências rápidas e não sistematizadas encontradas em obras a respeito do sindicalismo, em memórias ou biografias de líderes políticos ou sindicais e em histórias da imprensa. Trata-se, portanto, de um material muito pobre e que está à espera da ação dos investigadores dos fenômenos de Comunicação.⁸

No anarquismo, a origem dos movimentos operários

A imprensa anarquista ou anarcossindicalista (para alguns, verdadeira imprensa sindical; para outros, apenas imprensa operária ou proletária) chegou ao Brasil no final do século XIX, cresceu a partir do início do século passado, com a bandeira do anarquismo, e ganhou grande impulso com a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB), em 1908.⁹

Ainda antes de o Partido Comunista na Rússia ter mostrado ser possível uma revolução sair vitoriosa, e antes de as realizações de Lênin terem dado novo alento tanto aos marxistas quanto aos anarquistas, muitos anarquistas já se haviam desiludido da inutilidade do terrorismo individual e da esterilidade das discussões acadêmicas. Afinal, o anarquismo era um movimento da classe trabalhadora. (...) Para o anarquismo ser mais do que um protesto individual, teria que ser capaz de encontrar uma nova base nas massas e novos meios de ação numa sociedade que se ia tornando cada vez mais industrializada.(...) Já em 1892, caiu nas mãos da polícia de Paris uma circular dos anarquistas [franceses] exilados em Londres instruindo os anarquistas a usarem os sindicatos como método de ação. (...) Eram as mesmas táticas cogitadas por Bakunin¹⁰ 20 anos antes (...)¹¹

É preciso ter cuidado para não se confundir a noção do sindicato anarquista (também conhecido como liga, união ou associação) com a que se tem do sindicalismo brasileiro após a criação, em 1922, do Partido Comunista, no Brasil, com a do sindicato único getulista, destinado a pôr todos os sindicatos sob o controle do Estado ou

com os sindicatos atuais. Na definição do anarquista Fernand Pelloutier,¹² que em 1895 foi designado secretário-geral das então chamadas Bourses du Travail (Bolsas do Trabalho),¹³ um sindicato deveria ser “uma associação sem presidente, na qual se é livre para entrar ou para dela sair, e que tem como funcionários apenas secretário e tesoureiro, demissíveis a qualquer momento”.¹⁴

Pelloutier acreditava – da mesma forma que outros líderes – que o movimento sindicalista (unionista) deveria ser realmente revolucionário e visar a uma transformação total da sociedade, sem cair nos erros da sociedade que deveria substituir. A organização sindical dos trabalhadores deveria ser, ao mesmo tempo, um instrumento da revolução e um modelo para a sociedade futura.

Tudo isto era o desenvolvimento natural das idéias sociais do outro *pai* do anarquismo, o francês Pierre-Joseph Proudhon.¹⁵ Nesse momento, os anarquistas estavam começando a ver as possibilidades do novo movimento sindical para difundirem seu pensamento social.

O Congresso Anarquista Internacional (Amsterdã, Holanda, 1907) adotou uma resolução geral que abria pela seguinte declaração de princípios:

O Congresso Anarquista Internacional considera os sindicatos ao mesmo tempo como organizações de combate em vista da melhoria das condições de trabalho e como uniões de produtores que possam servir para a transformação da sociedade capitalista em uma sociedade comunista anarquista.¹⁶

Também era esta a posição, entre outros, do sindicalista francês Pierre Monatte,¹⁷ mas não era posição a que todos dessem apoio, com medo da burocratização. Era o que pensava Malatesta,¹⁸ que no já citado Congresso de Amsterdã dizia ser o sindicalismo apenas um movimento legalista e conservador, sem outra finalidade que

não fosse a melhoria das condições de trabalho. E alertava para o perigo do conservadorismo das burocracias sindicais, considerando o funcionário do sindicato um perigo equivalente “ao parlamentarismo”. Para ele, o anarquista que aceita ser funcionário permanente e assalariado de um sindicato está perdido para o anarquismo.

Seja como for, Georges Sorel¹⁹ considerava a entrada dos anarquistas nos sindicatos um dos maiores acontecimentos de seu tempo. O fruto mais amadurecido dessa mudança de rumo foi a criação da Confederación Nacional del Trabajo, que tanta influência viria a ter na Guerra Civil espanhola (1936). E a Confédération Générale du Travail (CGT) francesa, criada em 1895 e que durou até a véspera da I Guerra, também foi um produto fugaz dessa síntese. É este pano de fundo que nos ajuda a compreender o surgimento e a importância do anarcossindicalismo e sua imprensa sindical no Brasil.

Os anarquistas chegam ao Brasil

O momento decisivo para o pleno desenvolvimento da consciência política entre os operários brasileiros e, mais tarde, da organização sindical no Brasil, nos termos já mencionados (isto é, ligada à ideologia anarquista), foi no último quartel do século XIX e nas duas primeiras décadas do atual (1906-1920), com as levas de imigração operária chegadas da Europa: Itália, Península Ibérica (Espanha e Portugal), mas principalmente da Itália. Esses operários, entre os quais se encontravam numerosos refugiados políticos perseguidos nos países de origem pelas suas idéias e que, por serem altamente qualificados, foram trazidos ao Brasil pelos empresários, impuseram-se a tarefa de desenvolver a consciência política dos trabalhadores brasileiros. Na imprensa anarquista, os trabalhadores gráficos tiveram um papel relevante.

Não se pode omitir a enorme influência exercida pelos intelectuais, que deram impulso decisivo à divulgação das idéias socialistas entre os trabalhadores, tornando-se assim os responsáveis pela ação dos imigrantes. Foram os intelectuais os primeiros a divulgar as ideologias progressistas e foi deles a iniciativa dos primeiros jornais. Estes, que ainda não eram jornais operários, mas jornais políticos, discutiam idéias novas, criavam e desenvolviam o hábito de leitura entre as massas e abriam caminho para o aparecimento de uma verdadeira imprensa sindical (ou operária).

A entrada em cena dos imigrantes anarquistas e suas atividades é tida como o início da etapa mais importante na história do operariado brasileiro.

Se os primeiros [operários imigrantes] desenvolveram e difundiram as novas idéias sociais, os segundos [in-

telectuais] foram os responsáveis por uma parcela importante desse trabalho. A fundação de jornais de cunho político, que teve seu início em Recife, principalmente a partir da geração *quarante-buitard*,²⁰ desenvolveu-se por todo o Brasil, e a participação dos intelectuais esteve em todo jornal ou revista que se fundou, mesmo mais tarde, quando surgiu a imprensa operária.²¹

Os primeiros órgãos da imprensa *política* foram criados no Recife, cerca de 1848, estendendo-se em seguida pelo país inteiro. O Nordeste, mais influenciado pelo socialismo de Louis Blanc²² e François-Charles Fourier,²³ era o centro do movimento operário. Ali se desenvolveram ligas, associações, uniões, órgãos de divulgação. Mas, já no fim do século XIX, esse centro de atividades operárias deslocava-se para o Centro-Sul, onde a hegemonia ideológica era dos anarquistas. A partir de 1878, foram criados clubes socialistas, a maioria em São Paulo, no Rio e em Santos.

O anarquismo ia de par com o marxismo quando defendiam, ambos, os métodos revolucionários. Dele se afastava ao sustentar a tese segundo a qual a extinção do Estado devia ser simultânea com a socialização dos meios de produção, sem fases intermediárias, durante as quais iria supostamente perecendo, até acabar. Os anarquistas achavam que a tendência de um Estado forte, mesmo sendo um Estado de natureza socialista ou comunista, não é perecer, mas fortalecer-se cada vez mais.

Um fato curioso, no Brasil, é que os anarquistas chegaram a comprar terras em longo prazo (ou até as receberam grátis) de dom Pedro II e, depois, dos republicanos, e nelas fundaram colônias de caráter comunitário. No Paraná, Giovanni Rossi, recém-chegado de Gênova, fundou a Colônia Cecília. Foram os anarquistas saídos da Colônia Cecília que, no Paraná, criaram o jornal *O Despertar*, publicado semanalmente em português e em italiano, sob a direção de Giglio

Damiani, mais tarde um grande jornalista e pintor de cenários para teatro. Também foram eles que realizaram o I Congresso [de Trabalhadores], em 1907, e criaram a Federação Operária.²⁴ Na província de São Paulo, Arturo Campagnolli criou a de Guararema. Ainda houve outra colônia anarquista em Assis, São Paulo – a Colônia Vapa.

Mas os dois líderes anarquistas não se limitaram a essas experiências comunitárias: atuaram também nas cidades, onde intensificaram a propaganda de suas idéias (Rio e São Paulo). Campagnolli foi o primeiro a reunir trabalhadores, em 1894, para as comemorações do Primeiro de Maio.

Não foram, porém, anarquistas as primeiras formas de associações trabalhadoras no Brasil. Os escravos já tinham associações – irmandades, juntas de alforria, alianças com camponeses livres, sem terra –, e os trabalhadores urbanos livres, até cerca de 1888, constituíam sociedades de socorros mútuos e caixas beneficentes – a chamada fase mutualista. Mas seus resultados eram bem pobres, pois quase tudo isto decorria de um pensamento caritativo, de cunho religioso. Também a burguesia e a Igreja católica exerciam ação filantrópica, paternalista e assistencialista. Foi com tudo isto que romperam os anarquistas e os anarcossindicalistas.

O ponto alto de suas atividades, no Brasil, ocorreu aproximadamente entre 1906 e 1920. Tais atividades, embora gradativamente enfraquecidas, só vieram a quase perecer com o getulismo, na década de 30. Mas ainda houve jornais anarquistas até 1968. Sua influência no Brasil foi, cronologicamente, muito longa, mais longa do que a de qualquer outro grupo político, dado o período que abrangeu. Daí, a enorme quantidade dos jornais que editaram.

Não foi trabalho fácil. Os anarquistas fundaram os primeiros núcleos de comunicação, numa época em que ainda não existia o rádio (a Rádio MEC foi criada em 1923). Desses núcleos brotaram as ligas operárias. A participação dos anarquistas foi de tal modo

intensa que o governo criou, em 1907, uma lei conhecida como Lei Adolfo Gordo,²⁵ que constava apenas de quatro artigos cujo objetivo era prender ou expulsar todo o estrangeiro que falasse de anarquismo, anarcossindicalismo e de greve.

Posteriormente, houve muitos protestos, de Portugal, de Itália, da Espanha, de França, que choveram no Brasil, e foram então obrigados a alterar essa lei. O próprio Adolfo Gordo foi chamado para redigir mais uns artigozinhos, e então passaram a estabelecer a obrigação de julgar as pessoas antes de expulsá-las. Mas a polícia, como o Brasil é muito grande, fazia assim: por exemplo, ela prendia em Santos um sujeito, e quando chegava lá a ordem de julgamento, ele já não estava lá, mas preso no Rio de Janeiro, que já era outro estado; se naquele tempo, um cidadão tivesse um problema num estado, transferia-se para outro e naquele estado o processo ficava sem efeito, porque como o Brasil era um país federativo, então regia-se quase como os Estados Unidos.²⁶

Essa lei ia contra toda a legislação brasileira de 1841 a 1907 e limitava a liberdade de imprensa, em favor dos industriais (é considerada por Barreto Leite Filho como “a primeira lei de imprensa no Brasil”).²⁷ Além de permitir punir e expulsar trabalhadores estrangeiros, autorizava a deportação dos brasileiros. Mais tarde, já nos anos 20, foi duramente criticada por Lima Barreto, na *Careta* e, ao mesmo tempo, apoiada por jornais da grande imprensa, como *O Paiz*, que escreveu, em editorial:

Os revolucionários estrangeiros que para cá emigraram, pregadores da revolução social, extremados, afirmam que o operariado deve desprezar os recursos legais e só confiar na subversão da sociedade, agem em flagrante contraste com o nosso

meio, que eles desconhecem. No Brasil não existe razão para o anarquismo ou socialismo, planta exótica trazida do estrangeiro, quando entre nós tudo é feliz e livre.²⁸

A grande imprensa tratava como “desordeiros e bandidos” a esses líderes, engajados na causa operária. Alguns deles foram presos, espancados, assassinados ou expulsos do país. Devido ao rápido crescimento industrial, no começo do século XX, São Paulo era o centro das atividades operárias. Era lá que vivia a maior parte dos imigrantes operários, sendo seguido pelo Rio de Janeiro. Dentro em breve, porém, os imigrantes espalhavam-se por quase todo o país, e com eles as atividades pela conquista das transformações sociais em profundidade.

Não há dúvida que as primeiras indústrias no Brasil, no final do século XIX, pertenciam, em geral, aos antigos senhores ou traficantes de escravos e aos produtores de açúcar e café, capitalistas com mentalidade escravocrata que se refletia nas condições de trabalho e na vida dos trabalhadores: estes fatos viriam a ter enormes consequências na sociedade nacional, talvez até hoje. Em todo esse período, era a mentalidade liberal que dominava: liberdade total para o mercado, mas ausência de legislação trabalhista e de direitos econômicos e sociais para os trabalhadores. A jornada de trabalho prolongava-se por 12, 14 ou 16 horas, às vezes mais, ao longo dos sete dias da semana. Nada de descanso semanal aos domingos, nem férias, pagamento de hora extra nem licença gestante.

Já no início do século XX, em plena República Velha, São Paulo e Minas dominavam politicamente o país inteiro – era a chamada *política do café com leite*. As lutas operárias eram marcadas por greves, revoltas, insurreições. As bandeiras de luta mais frequentes eram o fim dos castigos (incluindo os físicos), regulamentação do trabalho feminino, reivindicação das oito horas, fim do trabalho infantil. Às

grandes greves, como a que parou São Paulo em 1917 e fez o governo sair da cidade, acrescentaram-se levantes populares, como a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910). Não existia o feriado do 1^o de Maio (instituído só em 1924); na repressão aos trabalhadores pelos patrões, havia numerosas prisões, muita gente ferida e até morta. As *vitórias* dos operários, quando o patronato cedia, não saíam do papel.²⁹

A partir de 1917 – ano da Revolução Russa –, foram criados no Brasil partidos socialistas diversos. Logo em seguida, antes da criação do PCB em 1922, já tinha sido fundado, em 1918, um Partido Comunista, dito comunista-anarquista, que se dissolveu em 1920 (ou 1919), em consequência de um *racha* entre os dirigentes. A partir desse momento é que os trabalhadores brasileiros entraram em conflito e passaram a se subdividir em anarquistas, anarcossindicalistas e comunistas.

Também deve ser levado em conta o episódio dos que ficaram universalmente conhecidos como os Mártires de Chicago, quando quatro líderes operários anarquistas foram enforcados em Chicago, EUA, em novembro de 1886, na luta pelas oito horas de trabalho (um quinto operário suicidou-se). Foi esse o coroamento de um grande comício de greve, realizado em 4 de maio em Chicago, quando a polícia montada se aproximou do palanque dos oradores, prendeu sete deles e disparou sobre os manifestantes, fazendo dezenas de mortos e centenas de feridos.

Entre os primeiros jornais anarquistas surgidos no século XIX estão *O Despertar*, dirigido por José Sarmiento, tendo como outros pioneiros *O Protesto*, *O Golpe*, *A Asgarda* (estes, dirigidos por Mota Assunção), *O Amigo do Povo* (Neno Vasco), *Avanti*, *La Battaglia*, *Terra Livre*, *O Trabalhador Livre*.³⁰

(...) do último quartel do século XIX até as duas primeiras décadas do século atual [do século passado],

apareceram aproximadamente 343 títulos de jornais espalhados pelo território brasileiro. Desse total, 149 títulos encontravam-se no estado de São Paulo, dos quais 22 foram publicados fora da capital; cem títulos foram editados no Rio de Janeiro, onde apenas sete situavam-se fora da capital; 94 títulos encontravam-se distribuídos por outros estados, destacando-se o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Paraná.

Dos 343 títulos encontrados nesse período, 60 eram editados em idioma estrangeiro, sendo um em alemão, quatro em espanhol e 55 em italiano. Dos jornais editados em língua estrangeira, 53 situavam-se em São Paulo, três no Rio de Janeiro e quatro nos outros estados.³¹

Um dos fenômenos mais curiosos e enriquecedores na imprensa anarcossindicalista no Brasil desse período é a publicação de jornais ou revistas em várias línguas (em português –, mas também italiano, espanhol, esperanto, alemão: *Alba Rossa*, *Volskfreund*, *La Giustizia*, *La Rebelión*, *El Grito del Pueblo*, a revista *Kultur*, entre outros). Isto se explica pela importância da propaganda na formação de uma ideologia de combate no contexto das lutas sociais, pela constante busca de discursos capazes de unir e convencer os trabalhadores, pela enorme diversidade de sua origem.

Paralelamente ao esforço de publicação de jornais em várias línguas é o interesse pela alfabetização (muitos operários eram analfabetos) e pelo cuidado no trato da língua portuguesa, trato esse que caminha em dois sentidos bem diferenciados. De um lado, a preocupação com a simplificação da língua, para torná-la acessível ao maior número, começando pela simplificação ortográfica e até, às vezes, certo estilo telegráfico, próprios do Modernismo.

Bom exemplo dessa mentalidade foi o combate contra a Academia Brasileira de Letras, levado adiante pelo anarquista português

Neno Vasco (pseudônimo de Gregório de Vasconcelos), que chegou a São Paulo no início do século XIX, e começou organizando os anarquistas seus conterrâneos. Começou a defender, no jornal *A Terra Livre* (que também publicava anúncios de cursos de esperanto), uma tese sobre a renovação da literatura portuguesa no Brasil, o que provocou enorme debate com os acadêmicos e mexeu com toda a intelectualidade da época. Essa polêmica, iniciada em 1905, terminou levando a Academia Brasileira de Letras, em 1907, a aceitar algumas das propostas sobre simplificação ortográfica, já adotadas por aquele jornal.

A preocupação com a imprensa e com a alfabetização dos operários inseria-se em um contexto bem mais amplo, e está de acordo com o ideário anarquista internacional, o de que o sindicato deveria ser uma escola para os trabalhadores, em vista de prepará-los para exercer o papel que lhes cabe na sociedade industrial. Em vista da maior eficácia possível de sua comunicação com os trabalhadores, os militantes pesquisaram e criaram uma linguagem visual inovadora, inventaram símbolos (logotipos) que distinguissem cada profissão e cada sindicato, centros de estudos sociais e teatros, chegando até a recorrer à linguagem das cores.

Os centros de estudos populares foram outra criação importante dos anarquistas, onde os trabalhadores podiam se informar sobre a origem dos seus males; e da maneira de se livrar deles. Levando ao pé da letra o *slogan* “os livros são a pólvora do espírito”, os anarquistas criaram bibliotecas numerosas, com livros em várias línguas, sobre diversos assuntos, que eram discutidos. Os livros eram traduzidos, lidos, e essas idéias circulavam nos jornais.

Os centros de estudos populares estavam sempre ligados à situação política do mundo inteiro, muito especialmente na Rússia da pré-Revolução. Foram organizados os primeiros congressos de trabalhadores socialistas e criado um jornal com o objetivo de difundir informações sobre os movimentos dos trabalhadores em todo o

Brasil, *A Voz do Trabalhador*. A maioria dos redatores era de imigrantes, e os brasileiros que escreviam nesses jornais eram muito raros. *A Voz do Trabalhador*, em 1908, atingiu a tiragem de 4 mil exemplares.

O final da I Guerra Mundial desencadeou no Brasil uma fase de intenso crescimento da indústria. Havia, segundo os censos da época, mais de 250 mil operários em todo o país, com 13.336 estabelecimentos industriais registrados. A classe operária ia se politizando e os jornais eram o principal meio para isso. A partir daí, a ação dos trabalhadores foi se expandindo de tal forma que, em 1927, já se espalhava pelo Brasil inteiro. Apesar disso, os trabalhadores foram informados da Revolução de 1917, na Rússia, principalmente pela imprensa deles, pois não davam grande crédito à chamada “grande imprensa”.

Muitas são as causas atribuídas ao declínio do anarquismo no Brasil e, portanto, de suas atividades sociais, inclusive da imprensa. Embora a interpretação mais comum seja a do surgimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), alguns historiadores não concordam. Para o também militante anarquista Edgar Rodrigues,³² o que mais enfraqueceu o movimento teria sido principalmente a “expulsão dos anarquistas”. Ele estima que foram expulsos cerca de mil militantes dentre os mais destacados, num período de 15 a 20 anos, do começo do século XIX até cerca de 1920. Do seu ponto de vista, o principal aspecto para esse enfraquecimento foram as atitudes dos governos Epiácio Pessoa (1918-1922) e Artur Bernardes (1912-1926).

(... e o Artur Bernardes, principalmente, porque criou um campo de concentração – e pouca gente fala nisso – que se chamou o Campo de Concentração de Oiapoque, que é lá na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, e para ali mandou uma grande parte dos

militantes anarquistas mais destacados. (...) Ao todo, estiveram lá cerca de 3.400 deportados. Dos anarquistas só saíram de lá três para contar a história, porque fugiram. (...) [Artur Bernardes] assaltou todas as sedes do Sindicato [da Construção Civil do Rio], não só deportou os militantes mais destacados dessa época, mas fechou também todos os sindicatos, todos os jornais – não se pôde publicar até 1925 nenhum jornal –, (...). Ora, foram estes aspectos, juntamente com a luta entre anarquistas e comunistas que aplinou a possibilidade da ditadura de 30, que veio mais adiante um pouco, e ao mesmo tempo, arrasou o movimento. (...) Eu até já disse isto algumas vezes: os comunistas ajudaram Artur Bernardes a preparar o terreno para a ditadura de Getúlio Vargas.³³

Edgar Rodrigues localiza o fim da grande influência do anarquismo e da imprensa anarcossindicalista no Brasil a partir de 1935.³⁴ Embora não seja esta a única explicação possível: para Francisco Foot Hardman o advento do imperialismo e do capitalismo monopolista acabou com os últimos vestígios dos sindicatos democráticos, que seriam uma forma de organização peculiar ao capitalismo concorrencial.³⁵

Principais publicações sindicais

De 1845 a 1922 ³⁶

- 1845 – *O Socialista da Província do Rio de Janeiro* (Niterói)
- 1846-48 – *O Progresso* (Recife, PE)
- 1847 – *O Proletário* (PE)
- 1848 – *O Grito Anarquial* (Niterói, RJ)
- 1850 – *O Periódico dos Pobres* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1853 – *O Brado da Miséria* (PE)
- 1858 – *Jornal dos Tipógrafos* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1860 – *A Voz do Povo* (Belém, PA)
- 1867-68 – *O Tipógrafo* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1869 – *A Consciência Livre* (Recife, PE)
- 1869 – *O Operário* (São Paulo, SP)
- 1870 – *A Inquisição* (Pará, PA)
- 1872 – *A Locomotiva* (PE)
- 1875 – *Gazeta Operária* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1876 – *A Revolução Social* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1877 – *A Barricada* (São Paulo, SP)
- 1877 – *O Trabalho* (São Paulo, SP)
- 1877-78 – *O Proletário* (São Paulo, SP)
- 1879 – *O Operário* (Pernambuco)
- 1880-83 – *O Niilista* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1881 – *Gutenberg* (São Paulo, SP)
- 1881 – *O Operário* (São Paulo, SP)
- 1883 – *O Artista* (Rio de Janeiro ?)
- 1885 – *Jornal dos Alfaiates* (Rio de Janeiro ?)
- 1888 – *Revista Tipográfica* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1889-07 – *A Confederação Artística* (Belém, PA)
- 1889-07(?) – *O Trabalho* (Belém do Pará ?)
- 1890 – *A Voz Operária* (Bahia, BA)
- 1890 – *Gazeta dos Operários* (PE)
- 1890 – *O Socialista* (Ouro Preto, MG)
- 1890 – *Voz do Povo* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1890 – *O Socialista* (Pernambuco, PE)
- 1891 – *O Artista* (Crato, CE)
- 1891 – *O Operário* (Aracaju, SE)
- 1892 – *Gli Schiavi Bianchi* (São Paulo, SP; em italiano)
- 1892 – *Jornal Operário* (São Paulo, SP)
- 1892 – *O Jornal Operário* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1892 – *O Operário* (Amazonas, AM)
- 1892 – *O Operário* (Fortaleza, CE)
- 1892 – *O Operário* (Santos, SP)
- 1892 – *Primo Maggio* (São Paulo, SP; em italiano)
- 1893 – *A Fenix Caixeiral* (Fortaleza, CE)
- 1893 – *Gli Schiavi Bianchi* (São Paulo ?)

- 1893** – *Il Diritto*
(Curitiba, PR; em italiano)
- 1893** – *Il Lavoratore*
(São Paulo, SP; em italiano)
- 1893** – *L'Avvenire*
(São Paulo, SP; em italiano)
- 1893-94** – *L'Asino Umane*
(São Paulo, em italiano)
- 1893-94** – *O Artista* (PB)
- 1893-99** – *Il Risveglio*
(São Paulo, SP; em italiano)
- 1895** – *O Operário* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1895** – *Primeiro de Maio*
(São Paulo, SP; número único)
- 1895** – *A Questão Social* (Santos, SP)
- 1896** – *O Operário* (Aracaju, SE)
- 1896** – *Eco Operário* (Porto Alegre, RS)
- 1897-98** – *O Operário Italiano*
(Rio de Janeiro, RJ)
- 1898** – *O Mensageiro* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1898** – *O Protesto* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1898** – *Tribuna Operária*
(Rio de Janeiro, RJ)
- 1898** – *O Despertar* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1898** – *O Protesto* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1899** – *Il Fulmine*
(São Paulo ?; em italiano))
- 1900** – *Avanti*
(São Paulo, SP; em italiano)
- 1900** – *La Battaglia*
(São Paulo ?; em italiano)
- 1900** – *O Clarim Social*
(Pernambuco, PE)
- 1900** (?) – *O Amigo do Povo* (São Paulo,?)
- 1901** – *La Terza Romana*
(São Paulo ?; em italiano)
- 1901** (?) – *Alba Rossa*
(São Paulo ?; em italiano)
- 1901** (?) – *Guerra Sociale*
(São Paulo ?; em italiano)
- 1901-35** – *A Lanterna* (São Paulo, SP).
- 1901-07** – *Aurora Social* (Recife, PE)
- 1902** – *O Artista* (PI)
- 1902** – *O Proletário* (Maceió, AL)
- 1903** – *La Rivolta*
(São Paulo, SP; em italiano)
- 1903** – *Voz do Marmorista*
(Rio de Janeiro, RJ)
- 1903** – *O Chapeleiro* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1903** – *O Libre Pensador*
- 1903** – *A Federação* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1903** – *O Amigo do Povo* (São Paulo, SP)
- 1903** – *Brasil Operário* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1903** – *A Greve* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1904** – *Gazeta Operária*
(Rio de Janeiro, RJ)
- 1904** – *O Libertário* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1904** – *O Trabalhador* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1904** – *O Trabalho* (Maceió, AL)
- 1904** – *O Chapeleiro* (São Paulo, SP)
- 1904** – *Miséria* (São Paulo, SP)
- 1904** – *Força Nova* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1904** – *La Battaglia* (São Paulo, SP)
[do número 367 em diante,
mudou o título para *La Barricata*]
- 1904** – *Il Púrgelle* (São Paulo, SP)
- 1904** – *Kultur*
(revista; Rio de Janeiro, RJ)

- 1904 – *Emancipação* (São Paulo, SP) (Rio de Janeiro, RJ)
- 1905 – *Novo Rumo* (Rio de Janeiro, RJ) 1916 – *Na Barricada* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1905 – *O Artista* (Rio de Janeiro, RJ) 1916 – *Tribuna do Povo* (Alagoas, AL)
- 1905 – *O Trabalhador Gráfico* (São Paulo, SP) 1917 – *A Plebe* (São Paulo, SP)
- 1905 – *A Terra Livre* (São Paulo, SP) 1917-18 – *A Semana Social* (Recife, PE)
- 1906 (?) – *A Internacional* (São Paulo, SP) 1918 – *Jornal do Povo* (Belém, PA)
- 1906 (?) – *A Luta Proletária* (São Paulo, SP) 1918 – *Crônica Subversiva* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1906 (?) – *La Biricchina* (São Paulo, SP) 1919 – *A Revolta* (Parnaíba, PI)
- 1906 (?) – *La Lutta Proletária* (São Paulo, SP) 1919 – *O Artista* (Parnaíba, PI)
- 1906 – *A Voz Operária* (Campinas, SP) 1919 – *O Nosso Verbo* (Rio Grande, RS)
- 1906 – *O Trabalhador* (AL) 1919 – *O Proletário* (Curitiba, PA)
- 1907-22 (?) – *A Guerra Social* (Rio de Janeiro, RJ) 1919 – *Spartacus* (Rio de Janeiro, ?)
- 1907-22 (?) – *A Luta* (Porto Alegre, RS) 1919-1920 – *A Hora Social* (Recife, PE)
- 1908 – *A Voz do Trabalhador* (Parnaíba, PI) 1920 – *A Vanguarda* (PE)
- 1913 – *Geminal-Barricada* (São Paulo, SP) 1920 – *A Voz do Trabalhador* (Parnaíba, PI)
- 1914 – *A Vida* (Rio de Janeiro, RJ) 1920 – *O Escravo* (AL)
- 1914 – *A Rebelião* (São Paulo, SP) 1920 – *O Extremo Norte* (Manaus, AM)
- 1915-22 (?) – *A Voz do Sapateiro* (Rio de Janeiro, RJ) 1920 – *O Operário* (Juiz de Fora, MG)
- 1915-22 (?) – *O Alfaiate* (Rio de Janeiro, RJ) 1920 – *Voz do Operário* (Aracaju, AL)
- 1915-22 (?) – *O Gráfico* (Rio de Janeiro, RJ) 1920 – *Voz do Povo* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1915-22 (?) – *O Metalúrgico* (Rio de Janeiro, RJ) 1920-21 (?) – *A Patulêia* (São Paulo, SP)
- 1915-22 (?) – *O Panificador* (Rio de Janeiro, RJ) 1920-21 (?) – *A Vanguarda Operária* (São Paulo, SP)
- 1915-22 (?) – *Renovação* (Rio de Janeiro, RJ) 1920-21 (?) – *O Grito Operário* (São Paulo, SP)
- 1915-22 (?) – *Voz Cosmopolita* (São Paulo, SP) 1920-21 (?) – *O Internacional* (São Paulo, SP)
- 1920-21 (?) – *O Metalúrgico* (São Paulo, SP)
- 1920-21 (?) – *O Trabalhador Gráfico* (São Paulo, SP)

1921 – *Ação Proletária*

(Rio de Janeiro, SP)

1921 – *Alvorada* (Petrópolis, RJ)

1921 – *Boletim da Liga Operária da*

Construção Civil (Niterói, RJ)

1921 – *O Despertar* (Petrópolis, RJ)

1921 – *O Onze de Novembro*

(São Paulo, SP)

1921 – *O Tecelão* (Petrópolis, RJ)

1921 – *Revista Liberal* (Porto Alegre, RS)

1921 – *O Protesto* (São Paulo, SP)

1921-27 – *O Sindicalista*

(Porto Alegre, RS)

1922 – *A Sentinela* (? Nordeste)

Fundação do Partido Comunista e ditadura Vargas

O começo do segundo período da imprensa operária de linha comunista (segundo alguns) ou sindical (segundo outros) no Brasil costuma ser fixado convencionalmente em 1922 (ano da fundação do PCB, em Niterói) e o fim, em 1964, ano do golpe militar. Alguns estudiosos ainda subdividem a época em três fases: a primeira vai de 1922 até o início do governo Vargas (Revolução de 30); a segunda fase dura todo o período getulista, até 1945 (15 anos); e a terceira, compreende o período de 1946 até 1964. Cada uma delas tem suas peculiaridades. Mas, como quase tudo o que se refere à imprensa sindical – começando pela denominação –, nem todos concordam com esta periodização. Edgar Rodrigues, como se viu, estabelece outro limite para o final da primeira fase da imprensa anarcossindical: ela durou até 1935.

[Getúlio] fechou tudo; deportou, prendeu, e muitas pessoas [anarquistas] acabaram (...) fuziladas, jogadas na selva amazônica (...). De 30 a 45, (...) os companheiros reuniam-se periodicamente e, de vez em quando, publicavam um panfletozinho, faziam uma coisa clandestina, mas não conseguiam nada, porque também nessa altura se declarou a Grande Guerra.³⁷

De modo geral, o que mais bem caracteriza a hegemonia da imprensa sindical do PCB em relação à imprensa anarcossindical é que a primeira se estendeu por um período de tempo bem menor (foi perseguida e teve que passar à ilegalidade durante a ditadura de Vargas e o golpe de 1964). Mostra, no seu todo, uma tonalidade mais burocrática, decorrente das condições objetivas que presidiram à sua época social, e também subjetivas, de acordo com os

métodos centralizadores do Partido Comunista. Enquanto a imprensa anarquista era, em certo sentido, mais imaginativa e criativa, já que obedecia a numerosas linhas dentro da visão anarquista, libertária por natureza, a comunista é, também por natureza, muito mais disciplinada, organizadora e sóbria.

A quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, causou uma grande crise no capitalismo mundial. Logo em seguida, veio a recessão, e com ela, o desemprego que atingiu milhões de trabalhadores no mundo todo. Foi o período conhecido como a *grande depressão*, que contaminou todo o sistema produtivo capitalista. Na América Latina caíram muitos governos: na Argentina, Peru, Guatemala, Equador, Chile, Bolívia.

Até o fim dos anos 20, o Brasil ainda era um país de economia primária, controlada pela burguesia exportadora de café, açúcar, gado, couro, minérios. A partir de 1925, começaram a cair os preços, no mercado internacional, da borracha, do café e do cacau. As vendas diminuía. Vender com os preços degradados não compensava.

A indústria, com apenas cerca de 30 anos, ainda era fraca; a burguesia industrial-urbana tinha peso bem menor na sociedade e, portanto, no governo. A crise de 1929 veio precipitar mudanças profundas na economia do país, que estava com enorme dificuldade de vender produtos primários e importar produtos secundários. O Estado passou a valorizar o café e a incentivar outros setores, mediante subsídios, e começou a criar condições para o crescimento industrial, a fomentar o comércio e as atividades financeiras correspondentes. A nova política econômica passou a ser denominada *substituição de importações*. O crescimento econômico foi retomado. Os trabalhadores urbano-industriais, que, no final dos anos 30, já chegavam a mais de um milhão, no final dos anos 20 não passavam de 300 mil.

A década de 1930 foi a da ascensão ao poder, na Europa, do

nazismo e do fascismo. O confronto direita X esquerda tornava-se mais agudo, o crescimento industrial da URSS suscitava, nas massas, a esperança do socialismo. Getulio Vargas e as classes dominantes brasileiras estavam conscientes de que era necessário controlar os trabalhadores. “O país era uma panela de pressão pronta para explodir e precisava de uma válvula de escape.”³⁸

Todas estas mudanças na economia tiveram como consequência alterações profundas na ação política da burguesia industrial-urbana em ascensão. Até os anos 30, predominava a mentalidade dos *coronéis*: toda reivindicação operária era reprimida, se necessário a chicote e a chibata. Ainda em 1929, Washington Luís dizia que “a questão social era caso de polícia”. Para manter a ordem e a estabilidade, a nova burguesia urbano-industrial precisava, além da proteção da polícia, de métodos mais modernos. O governo Vargas logo criou o Ministério do Trabalho.

Durante mais de 30 anos, os velhos sindicatos foram perseguidos. Até cerca de 1930, eram, no máximo, tolerados pelos patrões e pelo governo, mas passavam a ser incentivados, desde que se prontificassem a colaborar com o governo e com os novos donos do poder.

Durante 30 ou 40 anos, os trabalhadores se organizaram contra a ordem estabelecida. Lutaram para arrancar dos patrões que diminuíssem a exploração.

Lutaram por maiores salários, pela diminuição da jornada e por melhores condições de trabalho. Era uma luta direta entre patrões e operários. Não existia nenhuma legislação do trabalho. A burguesia não admitia isso. Seria uma ofensa à sua liberdade... de explorar.

A partir de 1930 o tom mudou. A burguesia juntou a sua experiência com a experiência internacional e viu que não adiantava só reprimir e dizer não. A partir de então, patrões e governo executam uma série de me-

didias que combinam repressão com implantação de uma legislação trabalhista e social que garantisse algum direito aos trabalhadores. Reivindicações batalhadas pelos trabalhadores durante 30 anos de greves e manifestações passam a ser admitidas como férias, descanso semanal, jornada de oito horas, carteira de trabalho, regulamentação de trabalho da mulher e do menor.³⁹

Pouco tempo depois de ter criado o Ministério do Trabalho, o governo Vargas editou, sobre a chamada Lei de Sindicalização, o Decreto 19.700, que iniciou o controle da classe trabalhadora e tentou atrelá-la ao Estado. Só por meio da Carta Sindical, concedida pelo Ministério do Trabalho, os sindicatos poderiam ser reconhecidos, mediante uma série de condições. A estrutura sindical era a seguinte:

- 1) Os sindicatos eram legais desde que obtivessem a Carta Sindical, concedida pelo Ministério do Trabalho;
- 2) unicidade [um sindicato para cada categoria];
- 3) os sindicatos representariam apenas uma categoria, relativa a determinada base geográfica, geralmente municipal;
- 4) o Estado fornecia um “estatuto padrão, que não poderia ser desobedecido; nos seus primeiros artigos desse estatuto, constava que era proibido fazer política no sindicato e acentuava que deveria ser um órgão de colaboração de classes, com o objetivo de zelar pela paz social;
- 5) era criado o Imposto Sindical, pago por todos os trabalhadores representados pelo sindicato, fossem filiados ou não: equivalia a um dia/ano do salário do trabalhador [60% para o sindicato, 20% para a federação e confederação da categoria e 20% para o Ministério do Trabalho];
- 6) as reivindicações sindicais poderiam ser feitas apenas na data-base; cada categoria teria essa data em meses diferentes para impedir a luta em conjunto dos trabalhadores;
- 7) proibição de centrais sindicais;
- 8) necessidade de

atestado ideológico para os diretores de sindicato; 9) caberia aos sindicatos exercer certas funções no lugar do Estado, como a prestação de serviço médico e odontológico; 10) proibido fazer greve; 11) funcionários públicos eram proibidos de se sindicalizarem; 12) proibida a sindicalização de trabalhadores rurais, que constituíam a maioria da população [o que garantia o apoio a Vargas das oligarquias rurais]; 13) criada a Justiça do Trabalho, com a figura dos juízes classistas, indicados por patrões e empregados, para impedir os conflitos, e que arbitraria as decisões sobre reivindicações.

O sindicalismo livre foi reprimido. De acordo com o pesquisador Guilherme Marques Soninho, de 1937 a 1945 o governo brasileiro “prende, tortura e mata mais comunistas e anarquistas que a ditadura militar de 1964”.⁴⁰

Estava criado o sindicato único. Simultaneamente, Getúlio concedia direitos sociais aos trabalhadores – direitos que havia mais de 50 anos vinham sendo reivindicados, muitas vezes com lutas –, como a jornada de oito horas, descanso semanal remunerado (domingo), salário mínimo, férias, pagamento de horas extras. No dia 1^o de maio de 1943, Getúlio anunciou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com todas as leis trabalhistas reunidas.

Quando o Estado Novo chegou ao fim, em 1945, voltou a redemocratização com eleições, voltaram os partidos políticos, mas permaneceu a estrutura sindical montada pela ditadura estadonovista. Durante a fase em que esteve na ilegalidade, e até 1964, o PCB, com o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) criado por Getúlio, atuaram por dentro da estrutura sindical. Foi o período denominado *sindicalismo populista*.

Em novembro de 1935, quando líderes sindicais de esquerda – ex-tenentes –, chefiados pelo PCB através da Aliança Nacional Libertadora (ALN), tentaram dar um golpe tendente a mudar o regime político, houve a ilusão de que as forças de esquerda sairiam facilmente vitoriosas. Mas nada disso aconteceu. Pelo contrário, as

elites econômicas reagiram com grande violência. O governo editou a Lei de Segurança Nacional para pôr fim aos “agitadores” e decretou a ilegalidade da ALN. Seguiram-se prisões, torturas e mortes dos que se opunham ao governo. Os sindicatos mais combativos foram duramente reprimidos e exterminados.

No final de 1934, havia 1.494 sindicatos. Devido à resistência dos trabalhadores, somente 364 foram legalizados, nos termos do novo decreto. Os outros foram postos na ilegalidade e perseguidos. Também estava praticamente exterminada a imprensa sindical.

Eram as condições da ditadura do Estado Novo, que durou de 1937 a 1945. A vida sindical ficou em latência até o final da II Guerra Mundial. Em 1943, o PCB iniciou, clandestinamente, os trabalhos do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), que começaram a atuar no ano seguinte. A imprensa partidária, por sua vez, sob a orientação do Partido Comunista, intensificou-se.

Como se viu até aqui, até 1922 – ano da fundação do Partido Comunista –, os anarquistas (ou anarcossindicalistas) eram os líderes absolutos dos trabalhadores. Mas, após a criação do PCB, a situação mudou completamente, com as divergências entre comunistas e anarquistas.

(...) nessa altura os comunistas eram 12 (!), 12 militantes, sendo um dos fundadores do Partido Comunista um militante que também era anarquista, homem muito inteligente, chamado Octávio Brandão, que chamava a esse grupo “Os 12 Astrogildistas”, porque o Astrogildo Pereira é que era o cérebro daquela coisa, daquele grupo... E desse grupo de fundadores, 11 eram anarquistas e só um socialista. No começo nem havia assim tanta distinção, como aliás aconteceu também em Portugal. Os anarquistas e os comunistas tratavam-se de primos. Os próprios anarquistas fizeram uma campanha para arranjar dinheiro para ajudar os

flagelados russos, em 1923 (...). E não se tratava de anarquistas duvidosos: o Oiticica, que continuou anarquista até morrer, Fábio Luz, que era um médico muito conhecido no Rio de Janeiro (...); ora esses homens fizeram essa campanha porque acreditavam que a Revolução Russa seria uma revolução de cunho social; então, antes de darem conta, estava tudo misturado, mas o grupo de comunistas mesmo, era muito pequeno e não tinha força.⁴¹

O PCB, até 1925, dispunha de poucos órgãos de comunicação. Inicialmente, de 1923 a 1924, publicava uma página diária em *O Paiz*, que em breve não circularia mais. Em 1925 (1^o de Maio) lançou, com a tiragem de 5 mil exemplares, o jornal *Classe Operária*.

De janeiro de 1926 a agosto de 1927, circulou no Rio, com orientação comunista, o jornal *A Nação*, dirigido por Leônidas de Resende,⁴² que orientou a campanha do Bloco Operário Camponês. Em 1928, foi lançada no Rio de Janeiro a revista *Autocrítica* (teve apenas oito números), para debater problemas do partido. Comunistas de outras orientações, como o trotskista Mário Pedrosa (do Grupo Bolchevista Lenine), lançaram *Luta de Classe*.

Até aproximadamente 1935, os anarquistas ainda desenvolveram atividades significativas. Publicavam o jornal anticlerical *A Lanterna*, semanário que passou a quinzenal, faziam palestras quase diárias, criaram um grupo de teatro que apresentava peças revolucionárias, mantinham escolas livres em São Paulo, realizaram um congresso em 1934 com o objetivo de remodelar a Confederação Operária Brasileira (COB). Mas era quase o fim.⁴³

Após a fundação do PCB, os comunistas impuseram direção centralizada, intensificaram a ação nos sindicatos, sustentaram a unidade sindical. Seguindo a orientação de Lênin, admitiam que, sem um jornal periódico, a atividade revolucionária seria pouco mais que um simples palavreado. Para unificar trabalhadores, PCB e gru-

pos de esquerda em geral convocaram um congresso operário, que teve a presença de 50 sindicatos. Foi quando se fundou a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB) que, sempre clandestina, durou até 1935. Seus delegados tomaram parte na fundação da Confederação Sindical Latino-Americana, em 1929.⁴⁴

Segundo Vito Giannotti, a imprensa partidária intensificou-se. Enquanto a imprensa anarcossindical era desenvolvida por suas ligas, sindicatos, uniões, desde a fundação do PCB os jornais operários ficaram diretamente ligados a partidos.

Do final da II Guerra ao movimento militar de 1964

Milhares de greves, congressos e conferências marcaram o período que vai aproximadamente do final da II Guerra e da ditadura Vargas até 1964. Foi uma fase extremamente importante para o movimento dos trabalhadores, que conquistaram novos benefícios (como o 13^o salário). Foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Começaram as lutas sindicais no campo, manifestando-se grande efervescência cultural. A grande imprensa reagiu, denunciando “agitação” e “baderna”. Apesar disso, foi uma fase em que a indústria registrou crescimento acentuado, tendo sido criadas as indústrias química, eletrônica e automobilística.

No terreno trabalhista, foi um período em que a pressão sobre sindicatos e partidos de esquerda, incluindo o PC, foi reduzida. O mundo vivia uma época de democratização. Em consequência, o governo Vargas legalizou o Partido Comunista, restabeleceu relações com a URSS. Tanto os avanços quanto os fracassos do chamado mundo comunista (ou, mais propriamente, socialista) começam a ser divulgados e discutidos, o que exerceu grande influência nos meios operários e na maneira como os trabalhadores se organizavam.

Ressurgiram, ou foram fundados, partidos e lideranças dos trabalhadores, mobilizados pelos PCB, Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Vanguarda Socialista (trotskista), Partido Democrata Cristão (PDC) e pela União Democrática Socialista (UDS). Getúlio criou ainda o Partido Social Democrático (PDS), para obter os votos das antigas oligarquias que apoiassem sua política. Convocou eleições gerais, mas foi derrubado por um golpe civil-militar, no final de 1945.

O pico da imprensa ligada ao PC é registrado com a

redemocratização, nos anos pós-45. Nas maiores cidades brasileiras circulavam nove diários, mas também semanários e revistas. O PC tinha numerosas editoras que, além dos jornais e material de divulgação doutrinária, lançavam romances e obras clássicas do marxismo. Contudo, os anarquistas não tinham interrompido a atividade de sua imprensa. O jornal *O Dealbar*, por exemplo, prolongou-se até 1968.

O ano de 1946 foi muito importante para os trabalhadores. Os sindicalistas, influenciados pelo PCB, realizaram um Congresso dos Trabalhadores, quando foi fundada a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), e estouraram numerosas greves.

Quando, em 1947 (governo Dutra), o Partido Comunista foi novamente declarado ilegal, e toda a sua imprensa fechada e perseguida, os militantes não paravam de editar novos jornais, que divulgavam programas de ação e defendiam alianças partidárias. Nesse ano começou a chamada *guerra fria* (fim da *coexistência pacífica*) entre a URSS e os EUA. O presidente Dutra rompeu as relações diplomáticas do Brasil com a URSS, interveio nos sindicatos (dos 944 que existiam, houve intervenção em 134), aumentou a repressão contra as greves, pôs o PCB na ilegalidade, congelou o salário mínimo. Os trabalhadores foram reprimidos e sua organização nas fábricas reduzida à semiclandestinidadade.

Vargas voltou à presidência, em 1950, com uma política ambígua. Fortaleceu os sindicatos e, em 1951, duplicou o salário mínimo. Em maio de 1954, tentou um novo aumento de 100%, mas os patrões recorreram, ficando o reajuste em apenas 42%. Ao mesmo tempo, Getúlio fortaleceu o anticomunismo, manteve o PC na ilegalidade e reprimiu os movimentos grevistas.

Em 1954, o presidente suicidou-se, deixando um quadro político conturbado: dependência do imperialismo, dificuldades políticas da classe dominante e, em consequência, radicalização das organizações proletárias. Crises no PCB levaram à criação de novos

partidos e agrupamentos como Partido Comunista do Brasil (PC do B), Política Operária (Polop), Corrente Renovadora, Ação Popular (AP, católica) e ampliação das Ligas Camponesas.

Dentre os jornais lançados nessa época, assinalem-se, entre outros: *Terra Livre* (1950), do PCB, escrito para os camponeses e que circulava no país inteiro; *Tribuna Popular* (1945, também comunista, no Rio e provavelmente em outras cidades; e ainda: *Voz Operária* (até 1958), substituído, ao que tudo indica, por *Novos Rumos*, fechado em 64; *Classe Operária* (1930), fechado durante a ilegalidade do PC na ditadura Vargas, e que voltou em 1945. Em Porto Alegre surgiu *A Voz do Povo* (1948), comunista; e a revista *Horizonte*, do PCB gaúcho. No mesmo ano, em Ribeirão Preto, os trabalhadores têxteis do PC publicaram, de modo clandestino, o jornal *O Marmiteiro*, de grande importância para ajudar na organização dos operários na região. Na mesma cidade, ferroviários comunistas editaram o *Batalha nos Trilhos*, que defendia os interesses profissionais da categoria e divulgava as idéias socialistas. Também os operários da Usina Junqueira, de Igarapava/SP lançaram o jornal clandestino *O Bodoque*, que circulou até 1964, e o *Zé Brasil*, do PCB de Ribeirão Preto, dirigido aos trabalhadores rurais. O Partido Comunista publicava ainda as revistas *Problemas* e *Estudos Sociais*, ambas de caráter científico.

Ao longo dos anos 50, além da imprensa dos trotskistas, que passaram a editar *Frente Operária* e *Ação Proletária*, destaca-se a do Partido Socialista Brasileiro (PSB) que lançou, em 1952, *A Folha Socialista* e *Vanguarda Socialista*, os dois com grandes tiragens.

A luta pela legalidade foi retomada no governo de Juscelino Kubitschek, eleito em 1955 apoiado pelos sindicatos, com a perspectiva estratégica de uma fase democrático-burguesa. Nesse período houve um grande desenvolvimento industrial (indústria automobilística, derivados de petróleo), o que teve como consequência a intensificação das greves. Uma greve generalizada no estado de

São Paulo, em 1957, paralisou 500 mil pessoas. Organizavam-se assembleias com a presença de até 100 mil pessoas.

O PSB, que já circulava com *A Luta*, em Porto Alegre, em 1957 passou a editar a revista *Movimento Socialista*; e em 1963, lançou o jornal *O Combate*, em Pelotas/RS. A Corrente Renovadora, cisão do PC, passou a publicar *Novos Tempos* (1957); em 1961 começa a circular o *Política Operária*, muito lido pelos trabalhadores, editado pela Polop. Ainda em 1963, foi lançado o *Brasil Urgente*, do grupo de Frei Carlos Josaphat.

Nesta lista não se mencionam os órgãos da imprensa operária (quer de partidos políticos, quer de sindicatos) com tiragens muito reduzidas, mas que nem por isso deixaram de ser significativos. Também merecem referência os manifestos, volantes e panfletos que circulavam entre os trabalhadores, os quais, principalmente nas épocas de greve e manifestações operárias em geral (congressos, comícios, encontros), alcançavam tiragens elevadas, e tiveram importância enorme para a mobilização e a unificação da classe trabalhadora. Muitos desses volantes eram elaborados por trabalhadores da cidade e do campo, não organizados em sindicatos ou partidos políticos.

A inflação disparou a partir de 1958, o crescimento industrial começou a ser freado em 1959 e o desemprego aumentou. Os sindicatos lutavam pelas chamadas *reformas de base* (como ficaram conhecidas no governo de João Goulart) e entraram em greve por questões políticas.

No 3^o Congresso Nacional dos Trabalhadores, em 1960, as divisões no movimento sindical aparecem claramente. Existiam os que na época eram chamados vermelhos (sindicalistas vinculados ao PCB), amarelos (velhos pelegos ligados ao Ministério do Trabalho e à FLO-CIO americana) e renovadores ou de-

mocráticos (mistura de conservadores janistas, católicos e alguns esquerdistas isolados.⁴⁵

Em 1961, o presidente Jânio Quadros, sucessor de Juscelino Kubitschek, renunciou. O vice-presidente João Goulart assumiu, num clima confuso, em que a liderança política e sindical confundiu os trabalhadores. Em julho de 1962, os sindicatos fizeram uma greve generalizada pela nomeação de ministros nacionalistas. Logo em seguida, o Comando Geral de Greve (CGG) convocou o 4^o Congresso Geral dos Sindicatos, que terminou se transformando em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), um organismo coordenador dos sindicatos.

A grande imprensa – destacando-se *O Estado de S. Paulo* – falava cada vez mais freqüentemente em “baderna”, “agitação”, “anarquia”, “falta de governo”, “desrespeito às autoridades”, e difundia a idéia de que o Brasil era um país ingovernável, dominado pelos líderes sindicais da CGT – uma “república sindicalista”. Manifestações como a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, em São Paulo e no Rio de Janeiro, pediam a queda do presidente.

O movimento militar de 31 de março de 1964 revelou toda a fraqueza do sindicalismo de base getulista. O fato de os trabalhadores sindicalizados não estarem acostumados a tomar posições autônomas os levou a não saberem como reagir. Foi a época em que cresceu a importância da imprensa operária ligada a partidos e decresceu a daquela ligada aos sindicatos. A respeito da imprensa dessa fase, observa a professora Maria Nazareth Ferreira:

(...) quaisquer que fossem as diretrizes daqueles partidos ou grupos que conduziam o movimento proletário, o conteúdo de seus jornais jamais perdia de vista a problemática trabalhadora (...). Poderiam divergir quanto à forma, quanto à estratégia, mas nunca no

conteúdo. Outro aspecto significativo, que era característica da imprensa anarcossindicalista e que persiste ainda nessa fase, é o fato que o jornalista dessa imprensa continua sendo o operário e os intelectuais da classe trabalhadora. Ou seja, ainda não aparece o profissional fazedor do jornal operário, mediante o pagamento de um salário.⁴⁶

A desmobilização pós-64

A legislação trabalhista de natureza corporativa regeu por cerca de 50 anos as relações de trabalho no país, mantendo-se inalterada até a promulgação da Constituição de 1988. O corporativismo é um sistema no qual o Estado, com o objetivo de criar uma sociedade integrada, exerce o papel de regulador e mediador dos interesses de todos os grupos sociais.

Criada a partir dos anos 30, a legislação trabalhista corporativista atingiu sua forma mais elaborada com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas. Dentre as leis e decretos formulados nesse período, destacam-se a aprovação da carta de reconhecimento legal dos sindicatos e associações (e a determinação das normas de funcionamento destes), a decretação do sindicato único, a regulamentação da Justiça do Trabalho e a criação do imposto sindical.

A implementação do sistema de trabalho corporativista permitiu ao Estado a consolidação do controle social, econômico e político da classe trabalhadora. Dessa forma, ao assumirem o poder com o golpe de 1964, os militares não precisaram recorrer à criação de uma “legislação de exceção” para ter sob seu domínio o trabalho organizado, pois todos os mecanismos repressivos para o controle do movimento sindical se encontravam disponíveis na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943. Foram introduzidas algumas poucas mas importantes mudanças legislativas relativas ao trabalho, como a criação de uma política de controle salarial, a promulgação da Lei de Greve e o fim da estabilidade de emprego com a conseqüente criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Nos primeiros anos do governo militar, o movimento operário praticamente desapareceu:

(...) Havia um quadro desfavorável, resultante do archocho salarial – de 1964 a 1972, o achatamento do salário real dos trabalhadores foi de 45%; o salário de 62% dos trabalhadores era inferior a 200 cruzeiros mensais; apenas 1,3% dos trabalhadores recebia mais de mil cruzeiros por mês, e a política salarial da ditadura havia confiscado cerca de 70 bilhões e 400 milhões de cruzeiros aos trabalhadores no período compreendido entre 1965 e 1970. Para completar, a classe trabalhadora achava-se desarticulada e desorganizada por falta de suas lideranças e liberdade para se organizar.⁴⁷

Com a exclusão do movimento sindical do cenário político nacional, os sindicatos passaram a assumir o papel de “dispensadores de benefícios”, adotando práticas marcadamente assistencialistas. Como a lei de Vargas já pressupunha o direito de o Estado intervir nos sindicatos, estes, em 1964, praticamente transformaram-se em órgãos do poder público, dependentes dele política e financeiramente. Em 1964, o governo militar interveio em 761 sindicatos, aumentando este número para 967 até o ano de 1978, o que significou quase o fim da imprensa sindical. Foi criado um modelo ditatorial de sindicalismo, tendo como suporte a estrutura sindical.

As exigências de estatuto padrão e atestado ideológico, que haviam sido interrompidas, recomeçaram. A gestão financeira dos sindicatos passou a seguir normas rígidas. A proliferação dos serviços fez com que houvesse até mesmo uma extrapolação do papel de “dispensador de benefícios” estabelecido pelo corporativismo. Em alguns sindicatos tornou-se comum o oferecimento (ao lado dos já tradicionais atendimentos médico-hospitalar, jurídico, educacional e recreativo) de determinados serviços como cabeleireiros e manicures.

Muitos jornais sindicais deixaram de circular, outros reduziram a tiragem e aumentaram a periodicidade. Os temas predominantes eram

denúncias de irregularidades, principalmente atraso de pagamento ou não recebimento de salários de firmas que faliam, além do espaço ocupado por artigos sobre lazer, textos de leis e notícias diversas, algumas copiadas de jornais da grande imprensa.

Nos primeiros momentos após o movimento militar, surgiu uma liderança composta por interventores, pelegos e dirigentes despolitizados. Os sindicatos tornaram-se instrumentos passivos, desmobilizadores e assistencialistas. A imprensa sindical, por sua vez, passou também a atuar no sentido de desmobilização, assistencialismo e colaboracionismo.

Foi baixada uma nova lei de greve (Lei 4.330, que reforçava a sua proibição). A aplicação do conjunto dessas medidas resultou na redução das atividades sindicais. Apesar – e por causa – disso, começaram a se formar, dentro das fábricas, grupos de oposição sindical. Apareceram jornais clandestinos, publicados por locais e unidades de trabalho. O ano de 1968 foi o das grandes passeatas em todo o país. Duas greves, uma em contagem (MG) e outra em Osasco (SP), demonstraram a insatisfação dos trabalhadores, mas mostraram também que seria necessária uma nova forma de organização, que desse prioridade às organizações por local de trabalho, para que o sindicalismo voltasse a ter força.

Durante todo o ano de 1971, o auge do governo repressivo, não ocorreu uma única greve. A partir de 1973, porém, com a crise do petróleo e o fim do fluxo de capitais, o “milagre brasileiro” começou a entrar em crise. O final da década foi o momento de um novo despertar para o movimento sindical. Com o refluxo do movimento estudantil, coube então aos trabalhadores o papel de vanguarda na luta pela redemocratização.

O novo sindicalismo

O Sindicato dos Metalúrgicos já tinha sido uma das poucas exceções no panorama geral de passividade da imprensa sindical nos primeiros anos do regime militar. No mesmo ano do golpe, lançaram o boletim semanal *O Metalúrgico*, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos. Dois anos depois, surgiu em São Paulo o *Olho Vivo*, semanal publicado pela oposição metalúrgica que durou até 1994. Em 1976, o mesmo grupo da oposição sindical lançou o *Luta Sindical*. No 1^o de Maio de 1978, os jornais sindicais do ABC paulista – *Tribuna Metalúrgica*, *O Sindiquim*, *A Voz Metalúrgica* e *O Borracheiro* – lançaram uma edição exigindo a reposição da defasagem salarial de 1973.

Já os partidos de esquerda – legalizados ou não –, desde os primeiros anos do regime militar divulgaram livros e jornais que se opunham ao governo, como:

(...) *A Classe Operária*, jornal do PC do B [Partido Comunista do Brasil], fundado em 1961, que, embora fechado pelo golpe de 64, a partir de 1^o de maio de 54 passa a circular clandestinamente. Outro exemplo é o *Tribuna de Debates*, do Rio de Janeiro, surgido em 1970. (...) No auge da repressão, em 1974, a gráfica clandestina responsável pelas publicações do PCB é empastelada, e o *Voz Operária*, órgão central do partido que vinha sendo publicado há alguns anos, passa por grandes dificuldades, sobrevivendo até 1975. A partir desse ano, esse jornal passa a ser publicado no exterior, onde também seriam publicadas outras fontes de informação do PCB, tais como *Estudos*, que fora publicado no Brasil entre 1970 e 71 e que publicaria mais cinco números no exterior com o título de *Etudes Brésiliennes*.⁴⁸

Ainda sob a égide do PCB, foi lançado, em 1980, o *Voz da Uni-*

dade, de circulação nacional, que veio substituir o *Voz Operária*. Como exemplos de uma imprensa operária ligada a partidos ou agremiações políticas, surgida entre os anos de 1970 e 1983, podemos ainda citar: *O Trabalho, Causa Operária, Política Operária, Libertação, Boletim Nacional da Ação Popular, Em Tempo, Hora do Povo, O Companheiro, Convergência Socialista, Brasil Socialista, Frente Operária, Jornal dos Trabalhadores, Boletim Nacional do PT* e o *Jornal da CUT*.

Mas foi somente a partir do processo de liberalização do país – iniciado no governo Geisel (1974-1979) e continuado no governo Figueiredo (1979-1985) – que emergiu o chamado *novo sindicalismo*. Esse movimento nasceu dentro de um contexto de redemocratização da sociedade brasileira, tendo como uma de suas características o questionamento e o enfrentamento da legislação trabalhista corporativista, fortalecendo a atuação nos sindicatos. De um lado, estavam os sindicatos chamados autênticos e, de outro, as oposições sindicais. Estas últimas, formadas durante a década de 1970, começaram a derrubar os velhos pelegos. Aos poucos, iniciou-se uma mudança nas táticas de resistência à ditadura, com a utilização de instrumentos legais, como a participação no processo eleitoral. A primeira vitória deu-se com a expressiva votação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), vencedor das eleições de 1974.

Para a professora Maria Nazareth Ferreira, é nessa época (a partir de meados da década de 1970) que nasce e se fortalece no meio operário brasileiro a imprensa sindical. O *novo sindicalismo* tentou mudar a legislação trabalhista e a inserção da classe trabalhadora no espaço político nacional. Entre suas principais reivindicações estavam os sindicatos independentes do Estado, o direito de greve, o direito de negociação direta com o patronato e a representação sindical nos locais de trabalho. Sua primeira grande ação foi a Campanha de Reposição Salarial de 1977, mais conhecida como a “Campanha dos 34%”. Este movimento surgiu após a publicação na *Folha de S. Paulo* de um relatório do Banco Mundial ques-

tionando a validade das estatísticas oficiais de inflação. Um estudo do Dieese calculou em 34% as perdas provocadas pelos índices manipulados de inflação. A campanha foi lançada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e mais alguns sindicatos da região do ABC e ganhou projeção em outros setores de oposição.

Considerando o *novo sindicalismo* como um movimento que buscava a própria reorganização da classe trabalhadora, o serviço de informação tornou-se estratégico para atingir esse objetivo. Além disso, a partir da entrada das novas lideranças na direção dos sindicatos, surgiu a necessidade de se criarem outros recursos de comunicação em direção às bases, até mesmo como forma de atrair os trabalhadores para os sindicatos e reafirmar a legitimidade dessas lideranças. Já a necessidade de estabelecer canais de comunicação com a própria sociedade, através da criação de assessorias de imprensa, permitiu maior visibilidade dos sindicatos perante a própria sociedade. Finalmente, diante de uma concepção moderna de sindicalismo, o serviço de informação passou a ter a importância que os meios de comunicação adquiriam no mundo contemporâneo.

Em 1976, ainda no governo Geisel, ampliaram-se as perspectivas de abertura política no país, passando pelo fortalecimento da sociedade civil e suas organizações de classe e pela necessidade da formação de uma frente ampla. As greves de 1978 e 1979 dos metalúrgicos do ABC foram um marco na história do movimento sindical brasileiro. Representavam, basicamente, a concorrência entre os “autênticos” – os líderes novos e combativos surgidos de dentro das fábricas – e os “pelegos” – aqueles que atuavam como mediadores no sentido de atenuar os conflitos entre trabalhadores e patrões, muitas vezes indo contra os interesses dos trabalhadores. Por conseguinte, essas greves do final dos anos 70 impulsionaram o desenvolvimento de pequenos grupos de oposição sindical, que

passaram a disputar as eleições com as chamadas lideranças burocráticas, predominantes na direção dos sindicatos durante toda a década.

Podemos caracterizar o *novo sindicalismo* como um movimento que buscou:

- a) ampliar a filiação sindical, e a organização e mobilização nos espaços fabris ou locais de trabalho, ou seja, ampliar a legitimidade de suas lideranças baseada sobre uma maior representação da base trabalhadora, através das comissões de fábrica ou de empresa, e da criação da representação sindical nas empresas;
- b) transformar os conflitos internos das fábricas – ou seja, a realidade do trabalhador no “chão-da-fábrica” – em políticas formalmente organizadas e capazes de mobilizar um número maior de trabalhadores, sem deixar de lado os temas político-nacionais.⁴⁹

As publicações dos sindicatos acompanharam as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, na evolução tecnológica e na composição da nova classe operária, principalmente nos grandes centros industriais. Em seu aspecto formal, deixaram de ser feitas por operários em tipografias ou gráficas, por vezes clandestinas, e passaram a ser produzidas em gráficas pertencentes aos próprios sindicatos ou em empresas profissionais. Do ponto de vista da redação, quem escrevia também não era mais o operário ou o intelectual ligado ao sindicato e sim um jornalista profissional. No conteúdo, os jornais sindicais continuaram a divulgar os problemas do operariado, mas cedendo cada vez mais espaço às posições das diretorias em detrimento da categoria que o sindicato representa.

O ano de 1978 caracterizou-se por um movimento em direções opostas. No primeiro semestre iniciaram-se ações grevistas que forçaram negociações diretas com os empregadores. O Decreto-Lei

1.632 alterou a antiga Lei de Greve e levou a limites extremos os mecanismos legais de enquadramento das greves e dos seus participantes. Apesar da proibição legal, entretanto, os trabalhadores passaram a se mobilizar bem mais do que haviam feito antes de 1968.

A VOZ DO TRABALHADOR

ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA

ANO VI

RUA DE JANEIRO — BRASÍLIA — 1 DE OUTUBRO DE 1913

N.º 39-42



O SEGUNDO CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO

O SEU GRANDE ÊXITO — ASPÉCTOS DE SUAS SESSÕES



1 — Mesa que preside a sessão de inauguração. 2 — Os congressistas presentes



3 — Os congressistas presentes a sessão de encerramento



4 — Mesa que preside a sessão de encerramento

LUTA SINDICAL



ORGÃO DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO • Nº 26 • MAIO DE 1982 • C/R\$ 5,00

1º de Maio

RECOMEÇAR: SEM PELEGO E SEM PATRÃO



Manifestação de classe trabalhadora em frente à Assembleia Legislativa de São Paulo.

No 1º de Maio de 1982, os metalúrgicos do ABC estavam em greve e São Bernardo estava sob ocupação militar. A luta armava todo o movimento operário para uma gigantesca manifestação contra os patrões e contra a repressão do governo: uma passeata de mais de 100 mil trabalhadores largou a polícia a se retirar das ruas.

No 1º de Maio de 1982, sem greve geral de categoria, a classe trabalhadora começou a reorganizar seu movimento através de lutas por fábrica, preparando-se para dar a volta por cima, que chegou até uma central única de todos os trabalhadores, para uma greve geral de todo o país. Várias manifestações foram realizadas, em todos os bairros e municípios da Região da Grande São Paulo.



Manifestação de classe trabalhadora em frente à Assembleia Legislativa de São Paulo.

3. Mais de 7 mil trabalhadores fizeram passeata pelo centro de S. Bernardo.

4. É que mais se falava é que se luta dos trabalhadores dentro e fora da fábrica". Os sindicalistas se filiaram no palanque, discutindo a falta justiça dos países, denunciando a organização e a estrutura de fábrica e de Central Única dos Trabalhadores (CUT) pela base, a partir de comitês e das assembleias dos trabalhadores. E ficou claro

para todos os trabalhadores que a classe operária vai continuar para acabar com essa justiça dos patrões, com esse governo corrupto e lutar o governo e decidir seu próprio destino. E a luta começou pela luta de todos os trabalhadores, em cada categoria. Para isso não adianta esperar dirigentes sindicais pelegos. É preciso que o sindicalista se transforme num órgão de luta nas mãos

dos trabalhadores ou a classe operária passará por cima dele.

Na capital, em muitos bairros, manifestações e passeatas foram realizadas. Em Santo Amaro por exemplo três passeatas, uma com 800 pessoas no Jardim Miriam, outra com 1000 na V. Lourença, percorreram as ruas. Lideradas pelas organizações sindicais, pastorais operária e núcleos do PT.

2. Na passeata do 31, foi entrocado um comício pela chamada Central Única dos Trabalhadores. O comício não foi nada de unidade, nem sindical. Foi um sermãozinho curvado do PMDB, onde o pessoal que falou sempre argumentava que os problemas da classe trabalhadora seriam resolvidos nos eleições de novembro, com a conquista de um governo de unidade democrática entre trabalhadores e patrões. Nessa uma palavra sobre a organização das lutas sindicais.

3. DIFERENÇA

4. CAMINHO

Enquanto na Praça de XV só se falava de libertar a nação e se tratou para o palanque um monte de pelegos que durante todos estes anos estiveram fora das lutas e que quando aparecer é só pra sofrer. Na formação dos pelegos, a classe trabalhadora sempre foi colocada como uma ajudante dos patrões democratas, que não desmentem.

Em S. Bernardo e nas assembleias regionais, a conversa era outra. O que se dizia é que se organizando independentemente, separada dos patrões, a classe operária pode conquistar um país mais liberdade e sem exploração. Por isso, os discursos davam muita importância à orientação para organizar os comitês de fábrica, as lutas grevistas e a Central Única dos Trabalhadores.

Resumindo a coisa: neste 1º de Maio, a classe trabalhadora ouviu duas vozes. Uma que falava em luta de classe e organização independentes. Outra que falava em colaboração dos operários com os patrões que eles chamavam de "progressistas" e "democratas".

Os trabalhadores já levaram muitas pancadas e já foram muitas vezes batidos pelos discursos dos pelegos e dos patrões. Mas começamos a perceber como muita clara que, para levantar a cabeça, temos que lutar. Temos que confiar em nós mesmos.

Para nós, metalúrgicos de S. Paulo, há duas coisas muito importantes este ano. Em primeiro lugar, temos que inventar a organização dos grupos de comunistas nos bairros, independentemente dos pelegos e sem a interferência do patrão e dos discursos claros. Temos que fazer uma pesquisa na fábrica, para descobrir os principais problemas que enfrentamos, e como podemos melhor enfrentar os patrões. Só assim poderemos chegar a uma campanha unitária com força, para lutar os patrões e o governo. Chega de campanhas isoladas como as realizadas que a direção do nosso sindicato organizou; onde não temos chances para assembleias com a participação de todos os operários, é o primeiro passo para começar organizar a nossa categoria em uma Central Única dos Trabalhadores pela base. Mas é obra, companheiros.



O VIDREIRO

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais e Espelhos de São Paulo.

CUT

Associação Nacional
de Sindicatos de Trabalhadores

Sede: Av. Margel Pastana, 7, 06708-000 Fone: 209-2698
Diretores responsáveis: José Gueto de Brito, presidente; Arnaldo F. Amaral, secretário de imprensa e comunicação

Jornalista: Antonio Carlos F. Nunes
Composição: PAZ-Fotocomposição e Fielletti; e Frederico Seidel, 209, al. J. Tel. 221-7490
Impressão: Gráfica das Indústrias, s. Domingos Rogatti, 110

apoiado
nos ideais



HIPERINFLAÇÃO

É isso aí, companheiros. O Brasil está ameaçado de entrar na hiperinflação, que é uma situação de descontrole da economia em que o dinheiro perde totalmente o seu valor. O principal fator dessa ameaça é a sede de lucro dos donos do capital. Eles não se conformam com margens de lucro baixas e aumentam cada vez mais os seus preços, visando ganhos sempre maiores.

Companheiros dessa sede de lucro é que não faltam. Agora mesmo temos em nosso setor: o preço do vidro plano aumentou 1,694% nos últimos doze meses, contra uma inflação de 1,094%. O petróleo ganhou mais de 500% em cima da inflação do período, enquanto nós tivemos o salário reajustado abaixo dessa inflação. Assim procedem os patrões dos demais setores da produção, contribuindo para essa ameaça que agora assusta a eles próprios.

É o que fazer para impedir o tremendo desastre, que agravaria a nossa situação de miséria e acedia com a alegria dos empresários? O Malbon de Nóbrega fez um apelo para os empresários manterem os preços, limitando seus reajustes ao índice da inflação do mês anterior. Mas sede de lucro ninguém controla com palavras. Só poderá ser controlada com atos duros, tipo congelamento dos preços e punição severa aos especuladores e especuladores. Tarefa essa para um governo apoiado pelo povo, sem compromisso com os patrões. Não é o caso do que está aí em fim de mandato. Daí porque a solução da crise brasileira poderá vir com a eleição de 15 de novembro. Se stubbornes escolher um presidente nosso, hem entendido. Fale e disse.

**PRIMEIRA ASSEMBLÉIA DA NOSSA CAMPANHA SALARIAL
SERÁ DIA 22/10, ÀS 10H, NA SEDE DO SINDICATO.**

CATEGORIA CONVOCADA PARA ATACAR DE TODOS OS LADOS

Reunidos por setores, debate sobre a situação econômica nos locais de trabalho e mobilização para a primeira assembleia, dia 22/10: estas as iniciativas já postas em prática pelo Sindicato em função da nossa campanha salarial deste ano. Ninguém pode ficar de fora dessa movimentação, que nos armará a categoria para o enfrentamento com os patrões. Para garantir o êxito da nossa luta, devemos atacar de todos os lados: diretamente dos patrões vamos exigir reposição das nossas perdas salariais e aumento real com base nos seus enormes lucros, assim como pagamento semanal dos salários, garantia de emprego, redução de jornada de trabalho para 40 horas semanais e melhoria geral das condições de trabalho; de forma indireta e no que diz respeito ao

aspecto político da nossa luta, estaremos engindo medidas de combate à alta especulativa dos preços, para que nossas conquistas no âmbito do trabalho não sejam frustradas pela sede de lucro dos patrões. Sede de lucro, como o Zel Separador espalham aí ao lado, que poderá levar o País à hiperinflação, piorando ainda mais a situação. Pois as consequências imediatas de uma hiperinflação são desemprego em massa e aviltamento total dos salários, que não deixam para comprar mais nada. Portanto, nossa luta este ano terá uma nova dimensão: uma vez que já não adianta lutar só por aumento de salários. Será uma campanha de conteúdo econômico e político e, por isso mesmo, exigirá uma maior mobilização da categoria.

Força Feminina DIRETORAS DO SINDICATO CHAMAM VIDREIRAS À LUTA

As mulheres ainda são inferiorizadas no trabalho, embora a Constituição lhes assegure igualdade com os homens. Pois quem não sabe que somos contratadas por salários menores que os pagos aos companheiros? Quem não sabe que os patrões nos fazem exigências absurdas por ocasião da admissão, como exame de gravidez? Quem não sabe que o tratamento que nos dispensam durante o trabalho é de caráter discriminatório, como o de controlar tempo no milímetro?

Sofremos pressão, discriminação e violação da lei e, na maioria das vezes, nos mantemos caladas. Umus por receio de perder o emprego, outras por falta mesmo de iniciativa e de coragem para sustentar sua igualdade com os homens. No fundo,

o que falta mesmo à maioria das companheiras são orientação de como agir e conscientização de classe. Pois a história tem demonstrado que nós, mulheres, somos tão lutadoras quanto os homens.

Como força de trabalho, produtora das riquezas são capitalistas, representamos 31% dos trabalhadores. Portanto, sem nossa participação, nenhuma luta conseguirá ter o êxito desejado. E assim, perdoem-nos e perdem os homens. Por isso, como diretoras do Sindicato, estamos lançando este apelo às companheiras do setor: sindicalizem-se e participem da luta contra a exploração patronal ao lado dos companheiros.

Ass., Diretoras do Sind. Vidreiros

CUT

Um terço de
dois, quem
têm juízo e
dá-lo.

Conteúdo

Jornal da CUT

São Paulo



Ano 1 Nº 38

Informativo Semanal da Central Única dos Trabalhadores - São Paulo

Dezembro/91

DEZEMBRO - 1991

31	30	29	28	27	26	25	24	23	22	21	20	19	18	17	16	15	14	13	12	11	10	09	08	07	06	05	04	03	02	01
02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	

**IR: COLLOR
METE A MÃO NO
BOLSO DOS
TRABALHADORES**

Página 2

**DERNEVAL
PAIXÃO CONTRA
A "REPÚBLICA
DOS BESTAS"**

Página 2

**NO DIA 13 TEM
VIGÍLIA CONTRA
A FOME E A
RECESSÃO**

Página 3

**DISTRIBUIDORAS
DE GÁS DE
COZINHA LUCRAM
MAIS DE 400%**

Página 4

Enquanto isso na Casa da Dinda...



ACOORDA BRASIL!

CONQUISTA

CUT
UNião Geral dos Trabalhadores

Um jornal a serviço do trabalhador > Ano 1 > Jun/96 nº 6



21 de junho Greve Geral

- 1 - Mais empregos! Melhores salários!
- 2 - Reforma Agrária já! Punição aos assassinos!
- 3 - Aposentadoria decente! Respeito aos aposentados!
- 4 - Manutenção dos direitos trabalhistas!
- 5 - Contra as reformas neoliberais de FHC

Fonte: Foto/Documental



Milhares de CUT em passeata no Centro de São Paulo, no dia 22 de maio de 1991. O dia parou. Era dia de Greve Geral. Nunca repetir mais coisa no dia 27 de junho.

Pesquisa nacional realizada pelo Instituto Gallup, a pedido da CUT, mostrou que 81% dos trabalhadores

brasilenses apoiou a Greve Geral do dia 27 de junho.

79% disseram que apoiariam diretamente e 13% indiretamente.

Apenas 10% responderam que tirariam trabalho, e 3% afirmaram não ter posição definida.

A consulta perguntou ainda quais os maiores problemas do

Brasil: 50% apontaram o desemprego, 39% os baixos salários, 29% a pobreza e a miséria, 18% custo de vida, e ~7% outros.

Assembléia sexta-feira

Vamos discutir Campanha e participação nos resultados

CUT
M 217 Quarta-feira
28 de julho 98

Tribuna Metalúrgica



PLENÁRIA HOJE

às 18h, na Sede
do Sindicato
para definir
estratégia
de luta para
o setor



**SEM PEÇAS
O BRASIL
NÃO ANDA**

Metalúrgicos do ABC em defesa da
produção nacional de autopeças e do emprego

MANIFESTAÇÃO EM SÃO PAULO DIA 2 DE AGOSTO

Real: cinco anos só de promessas e corrupção

Sergio Cardoso

Sindicato vai à Justiça contra cooperativas

Página 3

Empregados da CEF têm contraproposta para horas extras

Página 4

DRT cobra multas por irregularidades nas agências

Página 5



Há cinco anos, o então ministro da Fazenda, hoje presidente, Fernando Henrique Cardoso anunciou a implantação do Plano Real. Depois de mais de 20 anos de ditadura, dos famigerados governos Sarney e Collor, a esperança de que a escalada inflacionária fosse contida e de que o país renunciasse seu crescimento econômico e social evoluiu a maioria dos cidadãos brasileiros.

FHC representa, para muitos, a entrada do Brasil no Primeiro Mundo. No entanto, como já alertavam os movimentos de oposição, a política econômica de curho

neoliberal, aliada às articulações para sustentação do governo feitas com os representantes da elite política e econômica do país, levou o Brasil à recessão e a uma maior dependência dos organismos financeiros internacionais.

Fera o professor de sociologia da USP Emir Sader é preciso que seja feita uma consulta popular já sobre a política econômica atual. Já o Dieese revela dados que mostram a falência do Plano Real.

Páginas 2, 6 e 8

Sergio Cardoso

Mais de cem pessoas participaram do evento O Amor na MaturIDADE, no dia 22

Página 7



Resistência

Orgão de Divulgação do Sindicato dos Bancários - Aracaju/SE, 31 de janeiro de 2001 - Nº 486



Fórum Social Mundial

O mundo se voltou para defesa da vida

Um dos objetivos do Fórum Social Mundial - FSM foi a realização de eventos chamados a serem chamados de "encontros de defesa da vida". A realização do FSM em Porto Alegre foi o encontro dos países ricos, reafirmou o Brasil sempre evidenciado desde o primeiro dia do encontro. Em Davis, os debates que marcados pela invasão de que a globalização passou a ser vista do legado dos emergentes. Em Porto Alegre os temas escolhidos traduziram justamente o contrário.

Desde a última quinta-feira, até ontem, dia 30, em 40 horas de trabalho, de 122 países, discutiram alternativas ao neoliberalismo que priorizam o desenvolvimento humano. A abertura do FSM foi marcada pela Marcha contra a Globalização e Pela

Vida, que reuniu milhares de pessoas.

Bancários Agitam - Para marcar o atendimento da categoria aos debates do Fórum Social Mundial - FSM, os bancários pernambucanos, no âmbito da quinta-feira 25, uma manifestação pública contra o agiotagem internacional, em frente à agência Central do SANTANDER, em Porto Alegre. Manifestantes questionaram aos bancos que representam o presidente Fernando Henrique, os bancos dos Estados Unidos e da Espanha. Eles apedrejaram o FMI, o Plano Colômbia e reivindicaram o fim do pagamento de dívida externa.



Sergipe presente

Empossado novo conselho da CNB



O governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, foi convidado e participou a festa de posse do Conselho Nacional da Confederação Nacional de Bancários, CNB/CUC, que ocorreu no dia 18 janeiro, em Porto Alegre. Os 35 integrantes do conselho se reuniram com a diretoria executiva do CNB/CUC e discutiram as prioridades, avaliaram as atividades durante o ano 2000 e aprovaram planos para este ano.

Instituído no ano passado, o Conselho Nacional da CNB/CUC contempla representantes das delegações de bancários do país. Milton Dentas, diretor do Sindicato dos Bancários de Sergipe, é um dos cinco representantes da Federação dos Bancários Bahia/Sergipe. "As ações do sindicato podem ser discutidas pelo conselho", explicou Milton Dentas, mas reconheceu que os bancários pernambucanos lutar muito para se possam garantir as conquistas já conquistadas pela região.

Banese

Pagamento da Gratificação Semestral sem definição

Por ocasião do mês de janeiro, período previsto para pagamento da Gratificação Semestral, o Banese agita o Banese procura o Sindicato para discutir as dificuldades para liquidação desse compromisso. Sob qualquer argumento não se justifica tamanha demora para se buscar alternativas. Dessa forma, o silêncio verificado até agora, pode demonstrar uma certa desconfiança com uma obrigação que consta no rol de direitos dos bancaneiros, e de todos os bancários sergipinos, há mais de vinte anos.

Em passado recente o funcionalismo do banco, tendo o Sindicato à frente, já deu sinais mais que convincentes de que está aberto à negociação, desde que não se discuta o conteúdo de direitos. Então qual a situação? Porque criar um clima de tensão sem necessidade? O que se sabe por informação de alguns bancaneiros é que a direção do banco fez uma reunião com os seus gerentes no sábado, dia 27/01, e informou que procurara o Sindicato para discutir o assunto, já que da forma como vinha sendo paga,

por meio de diques, não estava sendo possível cumprir.

Somente na segunda-feira, 29/01, o diretor do Sindicato Abelardo Crispim recebeu um telefonema do gabinete do presidente do Banese perguntando sobre a possibilidade de uma reunião para discutir sobre a Gratificação, tendo sido acordada para amanhã, quinta-feira, às 10:00 horas. Portanto a direção do banco deixou passar todos os dias de janeiro e só da véspera do prazo final para liquidação do compromisso é que procura dar início a um diálogo, já com pressões para o fechamento.

Garfado - A Convenção Coletiva é o Protocolo Prévio assinado com a Fenaban, logo na cláusula primeira, reza que os "salários e demais verbas de natureza salarial", deverão ser reajustados em 7,2% desde primeira de setembro de 2000. O Banese parece que esqueceu (!!!) de aplicar o índice nas gratificações pagas aos contratados, inclusive os atuais, dando origem ao atual divé garfado na remuneração desses funcionários. Mas que positivo?

Rombo no FGTS

O Presidente FBC diz que o governo não tem a ver com o rombo no Fundo de Garantia e que se os trabalhadores quiserem fazer greve que a façam, mas não por não pagarem empresários a pagar sua parte. Agora se diz na mesa paraguai no ar. Quem foi a edição dos planos econômicos que acabaram colapsando com o rombo no FGTS, o povo ou o governo?

Leia
O manto da
democracia
(Pág. 02)



Participação FIM no mercado pela diversidade dos temas ligados a debate

Um outro mundo é possível

Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, reúne mais de 16 mil pessoas em defesa de uma sociedade justa e humanitária

Representantes de 117 países se reúnem em Porto Alegre, entre os dias 25 e 30 de janeiro, no Fórum Social Mundial (FSM). O evento foi marcado pela diversidade dos temas abordados pelos trabalhadores. O consenso entre os participantes ficou por conta da condenação aos efeitos da globalização neoliberal. Ao todo, foram organizadas 16 conferências e mais de 900 oficinas. Durante os dias da realização do Fórum, a capital gaúcha se transformou em

pólo de debates e de atividades culturais.

No dia da abertura dos trabalhos, mais de 20 mil pessoas percorreram o centro da cidade, na "Marcha Pela Vida e Contra a Neoliberalização". Com a realização do FSM, que voltará a se reunir em Porto Alegre, em 2002, trabalhadores de diversas regiões do planeta reafirmaram a certeza de que "um outro mundo é possível". A frase fez parte das peças de divulgação do evento.

Páginas 3, 4, 5 e 6



Pela vida: mais de 20 mil marcharam pelas ruas de Porto Alegre na abertura do Fórum

Coordenação apresenta tese sobre o Judiciário

Página 5

Alimentos transgênicos geram polêmica

Página 6

Coordenação de Comunicação da Central dos Trabalhadores do Brasil

Av. J. M. F. 17 - Des. III

CEP: 01046-000

SP - Tel: (11) 3061-1000

Fax: (11) 3061-1000

Site: www.ctb.org.br

Por uma nova política de saúde, segurança e meio-ambiente para o setor petrolífero

Samuel Botta

"Depois a pouco estaremos, junto com o petróleo, estendendo também o sangue dos trabalhadores". Com esta afirmação bombástica, Ivani Peixoto dos Santos Couto, viúva de Ernesto de Azevedo Couto, morto na P-36, ressaltou o significado da atual política de saúde, tecnologia e meio-ambiente praticada pela direção da Petrópolis, baseada na produção a qualquer custo, redução de efetivos, terceirização e descuido com a segurança operacional. Para lembrarmos que esta política é assustosa e, ao mesmo tempo, lançamos alternativas do interesse dos trabalhadores é que o Sindipetro-RJ editou este Surgente Especial.

No dia 16/08, o Sindicato promoveu o debate "Encheva 17 anos, o que isso tem a ver com a P-36?". A atividade foi um sucesso, com a presença de dezenas de sindicalistas de outras categorias, militares, técnicos e segurança operacional e petrolíferos — **veja resumo nas páginas 2 e 3.**

É urgente e necessária uma nova política de saúde, tecnologia e meio-ambiente para todo o setor petrolífero, e não somente para a Petrópolis. Uma política que tenha os trabalhadores como centros. Por considerar que as decisões precisam ser ainda mais aprimoradas, o Sindipetro em RJ continua seu debate e o assunto para a sociedade e aos parlamentares, participando de todos os fóruns que apertem neste sentido.



Debate sobre Encheva e P-36 foi sucesso de público, com apresentação de alternativas ao modelo de gestão praticado atualmente pela direção da Petrópolis.

Acidente com a P-36

Comissão do Crea-RJ em fase final de seu relatório

A Comissão do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) que apura as responsabilidades do acidente com a P-36 está pronta a con-

cluir seu relatório. Já foram ouvidos vários depoimentos, entre eles os do presidente da Petrópolis, Joel M. Berra, o diretor de E&P, o subleite, Carlos

T. da Costa, da presidente da Cipa da Bacia de Campos, Maria Cristina Queiroz, e de German Hronovick, dono da Maritima, entre outros.

Morte na EMAE

Com apenas seis dias de trabalho...

... trabalhador "quarterizado" pela EMAE morre por asfixia mecânica, ou seja, por enforcamento

Foi no dia 26 de março deste ano, Jovani Lopes de Almeida, Assistente Equip. e Serviços Diversos para a área que cobre no Contrato de Trabalho, sofreu um acidente fatal, após estar fora de trabalho na Usina Paulo Góes, na cidade de Itaipu, na empresa EMAE. Da hora, a estatal designou um trabalhador novo, sem qualquer treinamento, para executar atividades em área de risco. Mas que um acidente, não é diferente.

Jovani - que era trabalhador da empresa Mega, subcontratada pela Engenharia, que por sua vez, presta serviços para a EMAE -, realizou serviços para desmontagem do cabo de aço que estava instalado em paralelo em uma das conjuntas de usina. Para tanto, usava um pedaço de metal que era usado improvisado, que estava sendo sustentado por dois conjunções de tubulação.

Síntese fatal

Pouco tempo depois de iniciar seu trabalho de desmontagem, o profissional teve um comportamento inadequado com o uso de ferramentas. Chamamos um Juiz Trabalhador, Luciano Semprini, para se retirar do caso.



Empresa tentou abafar o caso. Por que?

Apesar de o acidente ter ocorrido há quase dois meses, a empresa, a Sinergia CUT foi impedida pela empresa de participar do Apuramento dos fatos. O diretor do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho, após ter assinado o laudo de morte, chegou a ser expulso da sala de reunião de CPA para não ter acesso aos detalhes de tragédia que ocorreu fatalmente e trabalhador Jovani. Foi a presidente da empresa, representada pela diretora de Recursos Humanos do Centro Competência DESFEMAE, de forma autoritária, concordou com a expulsão do dirigente sindical da sala reunião.

Ora seja, agora parece, o que a direção de EMAE desejava era impedir que as verdadeiras causas do acidente viessem à tona. "Cabe no cabelo?"

Simultaneamente, a nome do engenheiro de área de segurança da EMAE, com base de ato do Tribunal de CPA que trata de acidentes, realizado no dia 31 de março, Peliciero Sinergia/CUT apurou, neste, a multa imposta o engenheiro de segurança de CESP receber prescrição no mesmo. A denúncia que chegou ao sindicato é de que inexistia ato de CPA e ausência de investigação e aflição a qualquer tempo.

Com isso, segundo a assessoria de Sinergia CUT, o presidente de CPA e o diretor de Gestão Lente, responsável pela Usina de Paulo Góes, pediram a controle da reunião e empurraram gravemente para participantes e culpabilizado os trabalhadores envolvidos. No caso, não condizem a realidade, mas é necessário.

A precarização

Assédio moral, redução de quadro, trabalhador isolado, baixa produtividade, quarterização. Tudo isso pode ser resumido em uma única expressão: precarização das condições e jornadas de trabalho. É o que ocorre na EMAE.

Foi constatado que a EMAE contratou serviços da empresa Engenharia pelo valor de R\$ 431.730. Essa empresa quarterizou o contrato para a Mega por R\$ 310.740. O pior é que Jovani foi contratado pelo mesmo salário de R\$ 3.154,2, porém com uma jornada de 6 horas diárias. Porém, de acordo com denúncias que chegaram ao Sindicato, o período de trabalho chegou inferiormente a 2 horas.

Um outro ponto que releva a precarização promovida pela EMAE, é a quarterização do trabalho, o que acontece pelo próprio contrato, há cláusula 7. Curso a gestão deve cumprir, certamente, período que tem o contrato?

Oregonamento Sinergia CUT denunciou sendo contra de que a grande maioria das contratações da EMAE para a execução dos serviços relativos a limpeza, manutenção de bens e de outros nos centros, fornecidos à

gestão pela Engenharia. Dentro desse contexto, o Sindicato questiona:

"Quem está lucrando? R\$ 130 000 com a morte do trabalhador?"

Por que o ato de CPA detorce as verdadeiras fatos que resultaram no acidente fatal? Por que, segundo o relatório do CRT, algumas das principais causas da tragédia foram inobservância de treinamento específico, equipamentos sujeitos à manutenção (uma moedreira em 1987 com manutenção precarizada), inexistência no exercício de função e subordinação de empresa sem a qualificação necessária.

Sindical governador do Trabalho: a EMAE é de sua responsabilidade. Quem são suas prioridades? Sindical governador de Energia: o setor precisa responder por suas empresas. O que tem a dizer sobre os fatos?

Como sempre, o Sinergia CUT não se contenta com o status quo e já está promovendo ações reivindicatórias e Assessoria Legislativa e o Departamento de Trabalho. Tudo pronto para o Sindicato, a vida do trabalhador é a sempre mais a maior e mais importante das prioridades.

Saiu da roça para morrer na usina

Essa é a história do trabalho de Jovani. Ele sempre foi do campo, um filho da roça. Porém, uma promessa o trouxe cidade do Interior de São Paulo, na direção de Itaipu. Há 23 anos deixou a vida do campo em busca por uma melhor qualidade de vida. Uma oportunidade de trabalho em uma usina. Mas não conseguiu. O trabalho era precário e a usina não oferecia condições adequadas de trabalho. Jovani morreu, vítima de um acidente, sem nenhuma proteção adequada. A empresa tentou abafar o caso, mas não conseguiu. A justiça trabalhistas obrigou a empresa a reconhecer o acidente.

Fique atento aos prazos para cumprimento dos itens da NR-10



Sabesp
e o Plano
Previdenciário

Pág. 4

Editorial expõe o
lado sombrio dos
EUA

Pág. 2

Sintaema participa
de fóruns sobre o
saneamento

Pág. 2



Prefeitura quer criar autarquia em Lins

Cetesb: Deputados
recebem os
trabalhadores

Pág. 2

Por não ter o retorno desejado da Sabesp, o Prefeito do município enviou projeto de lei à Câmara que cria a Sanelins, uma autarquia de serviços básicos. Página 3

Eleita a Comissão Sindical da Saned 2005/2006

TITULARES

Eduar Machado de
Silva (Candi), Elton
Paulo Moutão (EE),
Francisco Luiz Alves
Muniz (Clare),
Guarany Almeida
Mendonça (Gorras), José
Orlando Vighetto Con-
rado (Hilândia), Silvano
de Oliveira Martins (Cruzeleira), Roberto Alves Sobrinho (Lins)



SUPLENTE

Adilson Paulo Moreira, Antonio Francisco Leite de Silva (Caracul),
Cláudio Nery de Assis (Ituaçu), Gilsondo Oliveira dos Santos
(GIL), José Roberto de Moraes, Sérgio Aguiar Bastos (Gorras),
Yáclerio Alves de Oliveira

O SINTAEMA PARABENIZA A TODOS E DESEJA MUITO
SUCESSO NESTA IMPORTANTE ATRIBUIÇÃO

S A B E S P

Protesto contra a truculência



Trabalhadores da Divisão de Perdas da Sabesp
Consolação realizaram manifestação pela demissão
de companheiros. Página 3

1º de Maio
Dia do Trabalhador
 Contra a recessão



100% PAGA DE FÉRIAS
 NÃO SE FICOU A ESCOLA

CUT



O PROFESSOR ESTADUAL RECEBE 3 BANANAS POR AULA



GOVERNADOR DA BANANA PARA A EDUCAÇÃO

DU A COISA MUDA OU A ESCOLA PARA

SEPE/RJ

Cartazes

Dia de Resistência

Pelo fim da violência no campo
 Contra a privatização da Copel
 Contra a corrupção e o desamonto de escolas
 Pela pagamento do FGTS coberto
 Pela implementação da Lei 10.132

10/2008
 Dia de Resistência

reforma administrativa não!

mentar, quem vota é você. ahã, seremos nós. mos de olho.

REFORMA SÓ AGRÁRIAS

CUT

1 MARÇO, DE BARRIAGAS EM 2008 TRABALHADORES PELA FÉRIAS FEDERAL, SEMINÁRIO E MUNICIPAL

Um outro Paraná é possível...

CONSTRUINDO UM PROJETO EDUCACIONAL



10 ANOS sem Chico Mendes



de Maio

Seja...

100% PAGA DE FÉRIAS
 NÃO SE FICOU A ESCOLA

CUT

100% PAGA DE FÉRIAS
 NÃO SE FICOU A ESCOLA

100% PAGA DE FÉRIAS
 NÃO SE FICOU A ESCOLA



10 anos do novo sindicalismo – 1º/5/1993

CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

ESCOLA PÚBLICA E GRATUITA E DE
QUALIDADE EM TODOS OS NÍVEIS

INVESTIMENTO MÍNIMO DE
10% DO PIB EM EDUCAÇÃO

APROVAÇÃO DA LDB, PL. 101/93
PARECER C/D SABOIA

ELIMINAÇÃO DO
ANALFABETISMO

ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL

CONSTRUINDO
UM PROJETO
EDUCACIONAL

CUT

ESCOLA E CRIANÇA



DIA INTERNACIONAL DA MULHER



**CONTRA A POBREZA
E A VIOLÊNCIA SEXISTA**

Marcha Mundial das Mulheres
DE 8 DE MARÇO 2000 A 17 DE OUTUBRO

Comissão Nacional sobre
a Mulher Trabalhadora

CUT
BRASIL

1º de Maio. Dia do Trabalhador



Contra a recessão e a fome



CGT

Confederação Geral
dos Trabalhadores

CUT

Confederação Geral
dos Trabalhadores

CGT

Confederação Geral
dos Trabalhadores

FÓRUM NACIONAL
CONTRA A RECESSÃO
E A FOME

Reorganização do movimento sindical

O período entre 1978 e 1980 marcou o estourar de greves em vários pontos do Centro-Sul. Como se tivessem aprendido com as greves de Osasco e Contagem, as de 1978 foram organizadas por local de trabalho. O movimento caracterizava-se por um sindicalismo de massas, de base, organizado dentro das fábricas e disposto a fazer greves mesmo quando eram consideradas ilegais. A Oposição Metalúrgica de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo deram o exemplo que se disseminou pelo país. O estopim foi a greve da Scania, em São Bernardo do Campo.

Em outubro, foi decretada a primeira greve geral dos metalúrgicos de São Paulo, liderada pela Oposição Sindical e que durou até o ano seguinte. Durante o movimento, o jornal alternativo *ABCD Jornal*, lançado em abril de 1979, circulou diariamente com 100 mil exemplares. Também lançado pela Oposição Sindical no mesmo período, o *Jornal dos Jornais*, boletim semanal de recortes, teve uma tiragem de 5 mil exemplares. Após esta primeira greve, foi lançado o *Suplemento da Tribuna Metalúrgica*.

O primeiro marco da reorganização do movimento sindical brasileiro, no sentido de buscar uma articulação mais ampla dos interesses e objetivos das várias lideranças sindicais, ocorreu em julho de 1978, no 5º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). Dois grupos de dirigentes dos sindicatos oficiais acabaram por formar um grupo oposicionista denominado *sindicalistas autênticos*.

Embora muitas greves desse período tenham resultado em intervenção direta nos sindicatos, com a prisão de dirigentes sindicais e substituição das diretorias combativas, foram alcançadas vitórias parciais. Categorias como a dos metalúrgicos do ABC conse-

guiram reajustes superiores aos níveis fixados pelo governo.

No início de 1979, o IX Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo aprovou proposta dos metalúrgicos de Santo André recomendando que “todos os trabalhadores brasileiros se unifiquem na construção do seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT)”. O aumento das pressões sociais resultantes da elevação das taxas de inflação, a partir deste ano, forçou o governo a modificar os critérios reajuste salarial. A Lei 6.708, de novembro de 1979, estabeleceu reajustes semestrais nos salários previstos pela CLT e facultou aos trabalhadores que ganhavam até três salários mínimos a obtenção de reajustes superiores à variação semestral da inflação.

A organização dos operários em federações e confederações, em categorias e por grandes regiões, e o fortalecimento econômico dos sindicatos mudaram a feição da imprensa sindical dos anos 80. A maioria dos jornais passou a ter edições regulares, com um departamento de imprensa dirigido por um jornalista profissional. Entre eles, o *Suplemento Diário da Folha Bancária*. E não apenas os sindicatos urbanos tinham jornal; os grandes sindicatos rurais também passaram a editar seus periódicos.

Entre 1981 e 1983, a crise econômica acelerou-se. As atividades industriais perderam cerca de 360 mil empregos. Apesar dos aspectos de continuidade, o *novo sindicalismo* distinguiu-se dos sindicalismos populista e burocrático questionando a legislação trabalhista corporativista e, simultaneamente, utilizando, de forma inovadora, alguns mecanismos nela disponíveis. A imprensa operária, por sua vez, passou a ser elaborada por sindicatos fortes e distribuída regionalmente. Era mais ativa nos sindicatos do setor de serviços (terciário) do que no setor industrial, com os bancários à frente, tanto aqueles dos bancos estatais como os do setor privado.

Em 25 de julho de 1983, foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que, no final dos anos 80, chegou a editar 30 milhões de jornais e boletins, diários, semanais e mensais. Diversas

tentativas de criação de uma central já haviam sido feitas, sendo a primeira a Confederação Operária Brasileira (COB), em 1908. Depois disso, seguiram-se várias outras experiências, geralmente de curta duração: em 1929, 1935, 1946, 1953, em São Paulo, e em 1952, 1958 e 1960, no Rio de Janeiro. Em 1962, finalmente, foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Em janeiro de 1964, nascia a União Sindical dos Trabalhadores (UST) em oposição ao CGT.

A criação dessas centrais não quer dizer que elas tenham conseguido, de fato, existir e se consolidar. A maioria dessas tentativas foi abortada pela repressão. Além disso, proibidas de existir pelas leis que regulamentam os sindicatos no Brasil que chamamos de estrutura sindical – elas eram normalmente apenas formas de articulação entre sindicatos oficiais e, normalmente, articulações regionais. E sabemos que era proibida a sindicalização de trabalhadores rurais, de funcionários públicos etc. Por isso prefiro falar em tentativas de criação de centrais sindicais.

Portanto, quando se diz que a CUT foi a primeira central de trabalhadores no Brasil, quer dizer que a CUT foi a primeira a se consolidar em todo o território nacional. Foi também a primeira a ter uma estrutura própria, não sendo apenas uma reunião de algumas federações, confederações e sindicatos.⁵⁰

Simbolicamente, foi a aceitação ou não da estrutura sindical que demarcou os campos do sindicalismo naquele momento. Ficaram na CUT aqueles que defenderam a participação das Associações de Servidores Públicos, dos trabalhadores rurais sem-terra e das oposições sindicais. Para a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) foram aqueles que exigiam a legalidade e a continuidade da estrutura sindical. Atualmente, dois terços dos sindicatos estão filiados à CUT.

Um ano depois da criação da CUT, o Sindicato dos Bancários de

São Paulo publicou os jornais *Itaú-Unido*, *Merculata Safrado*, *O Espelho*, *Bradejo* e *Uniforça*. A CUT nacional, por sua vez, lançou a revista *Boletim Nacional*, de tiragem mensal, que durou até 1988. Já a revista *Debate Sindical*, defendia uma CGT forte e combativa.

A legislação trabalhista de caráter corporativo manteve-se inalterada até a Constituição de 1988, quando foram adquiridos alguns dos direitos dos trabalhadores, tais como a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas; a estipulação de representação sindical nas empresas; o direito de sindicalização dos servidores públicos; o reconhecimento das centrais sindicais; o direito geral à greve (que ficou sujeito a regulação posterior), e a proibição da intervenção do Estado nos sindicatos.

Desde a sua recomposição na década de 1980, o movimento sindical brasileiro esteve à frente de experiências significativas no campo da comunicação, tendo algumas organizações feito história com sua própria imprensa. Foi o caso dos metalúrgicos de São Paulo e do ABC, dos bancários de São Paulo, das centrais sindicais (em especial, a Central Única dos Trabalhadores, a CUT). No entanto, se antes comunicar era um ato que visava fundamentalmente à mobilização daqueles diretamente implicados na luta sindical (isto é, os trabalhadores em geral), as ações de comunicação passaram a ter, por finalidade, cada vez mais, sensibilizar a “opinião pública”.

Os sindicatos passaram, assim, a produzir e a difundir informação destinada cada vez mais a audiências externas, muitas vezes priorizando essa dimensão de sua comunicação em detrimento daquela destinada ao público “interno”. Esse deslocamento na direção do espaço público exigiu da informação sindical uma ampliação de conteúdo e uma diversificação de seus meios de difusão: aos tradicionais boletins e jornais vieram juntar-se revistas de grande sofisticação editorial, programas de rádio e de televisão e, mais recentemente, novas tecnologias de comunicação possibilitaram aos

sindicatos a produção de boletins eletrônicos, *sites* e portais da internet. Ao mesmo tempo em que os serviços de comunicação se profissionalizavam, o recrutamento das equipes de redação passou a obedecer critérios profissionais (conhecimento técnico, competência jornalística etc.), e muitas delas empregam hoje profissionais capacitados, experientes, muitos oriundos da chamada “grande imprensa”. Dos jornalistas sindicais que fazem parte da nossa amostra, apenas 205 declararam ter iniciado a carreira jornalística na imprensa dos sindicatos; enquanto 80% (ou seja, 28 dos 35 entrevistados) afirmaram possuir uma experiência na mídia comercial antes de ingressar nos veículos sindicais, vinte, dentre eles, haviam trabalhado na imprensa diária – destes, 15 declararam ter trabalhado em grandes jornais de São Paulo ou de outros estados, aparecendo a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* como os mais citados.⁵¹

Apesar do fim das intervenções nos sindicatos e do estatuto padrão, a estrutura sindical sobreviveu. A sindicalização dos funcionários públicos foi aprovada, mas os trabalhadores sem carteira assinada continuaram fora dos sindicatos. Foram mantidas a unicidade (apenas um sindicato para cada categoria), as divisões em categoria e por base geográfica, assim como as diferentes datase-base. As greves passaram a ser legais, desde que a Justiça do Trabalho não as considere abusivas.

A década de 1990 caracterizou-se por um arrefecimento do movimento sindical e a imprensa sindical acompanhou essa queda. Os cerca de 30 milhões de boletins e jornais regulares, com tiragens semanais ou mensais, chegando a um total de 1.620 mil publicações por mês na década de 1980, caíram para aproximadamente a metade de 1990 a 2000. As greves no setor privado diminuíram muito, mas as dos funcionários públicos, como as da Previdência e

do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), continuaram.

Em 1991, para fazer frente à CUT, foi criada a Força Sindical. As duas principais centrais brasileiras sempre estiveram em campos opostos. A CUT é a única central a defender o fim da estrutura sindical (sem mexer nos direitos trabalhistas), da unicidade, e do imposto sindical. A Força Sindical, por sua vez, argumenta que a extinção da estrutura sindical e da unicidade seriam mudanças muito radicais, que poderiam gerar uma crise no movimento sindical. É ainda contra o fim do imposto sindical, defendendo um período de transição e a criação de outras fontes de renda para seus sindicatos, além da manutenção da utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador pelas centrais sindicais.

A militância da CUT, nos anos 1990, enfraqueceu. De 2000 a 2002, por causa da disputa eleitoral, a imprensa dos sindicatos ligados à CUT teve uma enorme produção de jornais, boletins, filipetas etc. A partir de 2003, esse movimento esfriou. Segundo Nilo Sérgio Gomes, especialista em sindicalismo, a imprensa sindical hoje está menos combativa, perdeu seu caráter de classe, passou a defender os interesses da categoria, perdendo de vista o interesse social. Entre os atuais órgãos da imprensa sindical, nenhum se destaca.

Modernização da imprensa sindical

A imprensa sindical brasileira constitui hoje um processo que coloca em interação duas categorias de atores com características distintas com um projeto comum: a fabricação e a difusão da informação sindical. Na redação, ficam os jornalistas, sob o comando de um redator-chefe; do outro lado, o chamado “diretor de imprensa”, ou seja, o representante dos dirigentes sindicais na estrutura do veículo de comunicação.

O cargo de redator-chefe é quase sempre ocupado por um profissional de confiança dos dirigentes sindicais e que, além de competência técnica, identifica-se politicamente com eles. Os dirigentes, por sua vez, são atores fundamentais da informação sindical, tendo participação direta na definição e na elaboração dos produtos informativos do sindicato. Ainda que ligados por um mesmo objetivo, a edição do jornal sindical, jornalistas e dirigentes muitas vezes entram em conflito, por apresentarem concepções diferentes quanto à natureza da atividade jornalística. Para o profissional da redação, a matéria-prima do jornal é a informação. Já para o líder sindical, essa informação só tem sentido se for útil ao trabalho de convencimento e mobilização dos sindicalizados.

As redações sindicais contam, em geral, com poucos profissionais. É freqüente a execução das tarefas de produção das publicações ao lado de tarefas relacionadas ao campo de assessoria de imprensa. É também comum o jornalista sindical ser, ao mesmo tempo, repórter, redator, secretário de redação e até mesmo fotógrafo, além de redigir comunicados à imprensa. Essa situação é amenizada pelo fato de ele utilizar, basicamente, fontes internas, já que os próprios dirigentes e militantes são fontes de informação. O método apresenta o lado negativo de induzir o profissional ao risco

de reproduzir constantemente as opiniões dos dirigentes e militantes sindicais.

(...) A maneira de operar a imprensa sindical faz com que sejam raros em suas páginas trabalhos de investigação jornalística, de reportagem, de matérias realizadas com dados apurados no próprio palco dos acontecimentos. O jornalista sindical não se imagina, por exemplo, na origem de uma eventual revelação inédita ou exclusiva (o chamado “furo”), ou como o autor de uma importante denúncia suscetível de ampla repercussão. Esse tipo de oportunidade, ele sabe, se apresenta muito raramente no contexto de suas práticas informativas. Segundo Michel Mathien (1992: 14), fatos jornalísticos como o “furo” (...) “têm origem fundamentalmente na boa gestão das relações, simbolizada por uma agenda de endereços”. Ora, as relações profissionais do jornalista sindical raramente se prolongam para além dos “muros” do universo sindical. Essa limitação contribui para o ambiente de apatia que se instala nas equipes de redação...⁵²

Com a chegada da internet, a CUT inaugurou, no final de 1996, uma página para mais de 3 mil sindicatos. Em 2001, foi a vez do Sindicato dos Metalúrgicos ter a sua página eletrônica, com notícias atualizadas diariamente. Em 2002, começou a circular o *Informe CUT/RS*, boletim eletrônico diário da imprensa sindical e, em 2003, o boletim eletrônico *Sindpetro/RS*. Em 2004, foi a vez do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo e do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista.

Em 1978, nasceu a Oboré, uma empresa prestadora de serviços atuando com comunicação popular. Nos seus primeiros 15 anos, concentrou-se na produção de jornais, boletins, revistas, campanhas e planejamento de comunicação para sindicatos de trabalhadores urbanos. A partir de 1993, passou a desenvolver projetos de

comunicação com trabalhadores rurais e a atuar com rádio, tendo ainda o *site* www.obore.com.

No final de novembro de 1994, a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) realizou o II Encontro de Comunicação, com a participação de dirigentes da área de comunicação e de jornalistas dos sindicatos filiados. Mais de 40 pessoas debateram a importância da imprensa sindical como forma de mostrar a atuação das entidades que lutam em defesa dos trabalhadores. Foi aprovada a criação do Coletivo de Comunicação, tendo como principal objetivo integrar os representantes do setor e desenvolver as propostas apresentadas no encontro. Entre elas estão promover atividades regionais; fazer uma campanha de conscientização ressaltando a importância da comunicação para a luta da classe trabalhadora; formular um projeto global de comunicação; resgatar a memória sindical das entidades; e aproveitar o espaço na TV Justiça, com um programa produzido pela Fenajufe e pelos sindicatos.

Regras do jornalismo sindical

Jornalismo sindical é um jornalismo especializado, dirigido a um público definido. É feito para uma classe que tem história e linguagem próprias. É um jornalismo com características próprias, com conteúdo e forma característicos. Essas características são ainda mais específicas quando o veículo é dirigido à classe operária fabril, que deve ser escrito em uma linguagem que o operário entenda. Antes de mais alguma coisa, é necessário saber como este operário raciocina e fala, para que se possa comunicar-lhe idéias, informações e projetos.

O bom jornalista sindical segue, de modo geral, as regras do jornalismo moderno, tanto no conteúdo editorial como na parte gráfica. Assim sendo, usa uma linguagem direta, com frases e parágrafos curtos, além de uma diagramação *limpa*. O conhecimento do seu público e da linha do sindicato são fundamentais para que a mensagem atinja seus objetivos.

Segundo Vito Giannotti, estudioso de assuntos sindicais, as características do trabalho operário tem uma influência enorme na feitura de um jornal sindical:

A primeira delas deve ser a *concretude*. É um trabalho perfeitamente definido, determinado. Um torneiro mecânico, para produzir um eixo, só pode usar determinada ferramenta. Para atingir seu público, o jornalismo dirigido aos trabalhadores também deve ser, como o trabalho deles, *concreto*. Como uma ferramenta ou um motor são concretos. Quem está acostumado a apalpar o que produz, gosta de ler coisas concretas, sem rodeios.

Se o tempo previsto para sua produção for oito horas, não pode demorar 24 horas. A qualidade do trabalho deve ser a mais exata possível. Isto leva à *objetividade*: as coisas produzidas são avalia-

das, servem ou não servem. Se a avaliação for errada, os efeitos logo aparecem. É preciso também ser *objetivo* quando se escreve. Não é uma fácil tarefa, há conceitos complexos a transmitir. Neste tipo de jornalismo, há que se transmitir conceitos complexos com simplicidade.

Outra característica é a *seriedade do assunto*. A situação do trabalho fabril exige do operário tensão constante, pelo que toda a produção requer grande responsabilidade. O jovem operário pode estar com a cabeça no último *rock* do seu ídolo. Só não pode esquecer que a máquina é uma fera e, por isso, pode perder um dedo ou o emprego.

O jornal também precisa ser *direto*. O trabalho do operário é direto, rápido, eficiente, sem rodeios, No jornal operário, não há lugar para frases enroladas.⁵³

É evidente que os assuntos abordados pelos jornais sindicais não são tão imediatos quanto os da imprensa diária. Seu ponto principal é o conteúdo, a política, a mensagem. Apesar disso, a simplicidade da linguagem é essencial. Devemos levar em conta que o operário brasileiro quase não lê. Segundo Vito Giannotti, dos 6 milhões de jornais diários, só 2% são lidos por operários. O esforço para a simplificação não deve, entretanto, cair no simplismo, no empobrecimento do texto. O desafio para o jornalista sindical é encontrar o equilíbrio para garantir o bom resultado. A regra mais importante está na sensibilidade de quem escreve.

Dicas de redação*

1. Ajude o leitor a ativar os conhecimentos que ele tem sobre o assunto do texto

- use e abuse de títulos e entretítulos;
- não esqueça datas e fontes;
- use sumários, índices, tabelas, gráficos e ilustrações;
- use palavras que façam parte do mundo do leitor;
- use exemplos que façam parte do conhecimento de mundo do leitor;
- sinta-se na pele de quem vai ler seu texto.

2. Ao escrever, respeite os limites da memória imediata do leitor

- coloque as informações mais importantes no início da frase;
- escreva frases curtas;
- nunca passe de 22 palavras sem um ponto final.

3. Substitua expressões por termos mais curtos e equivalentes

4. Corte adjetivos e advérbios. Escreva com substantivos e verbos

5. Procure escrever seus textos com palavras curtas

6. Use as palavras que o leitor conhece

7. Sintonzize-se com o conhecimento de mundo do seu leitor

8. Sempre que possível, use a estrutura narrativa

9. Fale com o leitor de forma personalizada

(*) Organização de Cláudia Santiago, tendo como ponto de partida a tese de doutorado de Maria Otilia Bocchini, ECA-USP/SP. In GIANNOTTI, Vito. *O que é jornalismo sindical*. Op.cit.

Anexo 1

Evolução histórica do salário mínimo⁵⁴

A existência de uma política salarial no Brasil pode ser identificada a partir das duas últimas décadas do século XIX, quando foi abolida a escravidão e a produção passou a ser organizada com base no trabalho assalariado. O salário mínimo, um dos pilares da nossa política salarial, entretanto, figura na legislação brasileira a partir da Carta Constitucional de 1934. No entanto, só foi instituído legalmente em 1936, regulamentado em 1938 e teve sua primeira tabela produzida apenas em 1940. Desde que surgiu, foi fixado como a remuneração que correspondia às necessidades vitais de um adulto. Pesquisas realizadas na época mostraram que, em média, um trabalhador gastaria 40% do seu salário em alimentação, 22% em habitação, 16% em vestuário, 9% em higiene e 5% em transporte. Cultura e lazer eram simplesmente ignorados.

Desde sua criação até 1951, o salário mínimo nunca chegou a recompor seus níveis iniciais. Em 1943, em plena II Guerra Mundial, o governo Vargas chegou a implementar dois reajustes que não foram suficientes, entretanto, para colocar o salário mínimo acima do patamar de 1940. No governo do marechal Eurico Gaspar Dutra, não houve qualquer alteração no salário mínimo, ainda que a inflação tenha sido, em média, de 9,3% ao ano entre 1947 e 1950. O pleito seguinte elegeu novamente Getúlio Vargas que, ainda no primeiro ano de seu governo, elevou o salário mínimo, bastante corroído pelo longo período sem reajustes. O desenvolvimento industrial e a questão nacional voltaram à ordem do dia e os trabalhadores, pelo menos em parte, beneficiaram-se da nova situação.

O período “áureo” do populismo – que se inicia com o segundo governo Vargas e termina com a queda de João Goulart – conheceu os mais elevados níveis de salário mínimo real da história do país. Em dezembro de 1951, o presidente Getúlio Vargas assinou um decreto-lei reajustando os valores do salário mínimo e dando início a um período em que reajustes mais frequentes garantiram a manutenção, e até alguma elevação, do poder de compra. Para sermos mais precisos, entre 1955 e 1962, este salário situou-se sistematicamente acima do fixado em 1940. No governo de Juscelino Kubitschek atingiu seu ponto mais alto, tendo chegado em 1957 a ser 235 superior ao piso de 1940. Note-se que entre 1955 e 1959 a taxa de inflação não ultrapassou a média anual de 20%, enquanto a economia crescia a um ritmo médio anual de 6,3 por cento.

O declínio do salário mínimo começou em 1962, com a aceleração da inflação e, a partir de 1964, tornou-se mais acentuado. Antes de 1964, os trabalhadores detinham relativa autonomia na negociação dos seus salários. O movimento sindical existente, particularmente nas categorias mais organizadas, apresentava elevado grau de combatividade. Mesmo se considerarmos que o sindicalismo brasileiro, a partir da vigência da legislação trabalhista do governo Vargas, era atrelado ao Ministério do Trabalho, essa subordinação não representava, porém, um empecilho intransponível às lutas e conquistas do movimento dos trabalhadores. Vale destacar que, nesse período, a greve não era ilegal e os movimentos grevistas eram utilizados em larga escala como instrumentos de reivindicação. A própria Justiça do Trabalho gozava de relativa autonomia, podendo conceder ganho de causa a dissídios sem limitação dos tetos de reajuste salarial.

Nos quatro anos anteriores a 1964, quase 50 por cento das categorias sindicais instauraram dissídios coletivos, em grande parte vitoriosos. Além disso, uma série de benefícios foi criada ao longo do período, destacando-se a obrigatoriedade de pagamento do dé-

cimo terceiro salário para todos os trabalhadores regidos pela CLT, a partir de 1962 (Lei 4.090). Mas foi com a subida de Getulio Vargas ao poder que a política salarial ganhou importância no quadro geral das propostas do governo, pois havia a necessidade de se gerar um mercado de trabalho adequado à nova estrutura econômica brasileira. Após o golpe militar, modificou-se a política de reajustes, abandonando-se a prática de recompor o valor real do salário mínimo no último reajuste. Foi adotada uma política que visava manter o salário médio e aumentos reais só deveriam ocorrer quando houvesse ganho de produtividade. Os reajustes eram calculados levando-se em conta a inflação esperada, o que levou a uma forte queda salarial decorrente da subestimação da inflação. O período que marcou os últimos anos do “milagre econômico” e se estendeu até 1977 foi o que registrou os mais baixos índices do período pós-1964. Já a emenda que, em 1969, modificou a Constituição, falava em assegurar aos trabalhadores “um salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às suas necessidades normais e às de suas respectivas famílias”.

Os oito primeiros anos da década de 70 não trouxeram grandes modificações na política salarial. O destaque ficou por conta da introdução de mudanças nos critérios de cálculo dos índices de inflação, que trouxeram novas perdas no poder aquisitivo dos trabalhadores. De 1975 a 1982, os reajustes do salário mínimo elevaram gradualmente seu poder de compra, com um ganho real da ordem de 30%. No primeiro semestre de 1978 tiveram início as ações grevistas que forçaram negociações diretas com os empregadores. Em agosto do mesmo ano, foi aprovado o Decreto-Lei 1.632, alterando a antiga Lei de Greve e levando a limites extremos os mecanismos legais de enquadramento das greves

Em 1979, todos os salários regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passaram a ser reajustados semestralmente. A lei permitia também que empregadores e empregados discutis-

sem no dissídio um reajustamento adicional em função da produtividade de cada empresa. Essas medidas foram conquistadas pelos trabalhadores por meio de pressões sociais que incluíram um amplo movimento de greves ao longo de cerca de dois anos. Pela nova lei, os reajustes começaram a ser regulados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de forma diferenciada segundo faixas de rendimento.

A partir de 1983, as diversas políticas salariais associadas aos planos econômicos de estabilização e, principalmente, ao crescimento da inflação, levaram a significativas perdas no poder de compra do salário mínimo. Em 1984, ocorreu a unificação do salário mínimo no país. Apesar da permanência dos altos índices de inflação, nos anos 90 o salário mínimo apresentou índices de crescimento real. No período de 1995 a 2004, teve um aumento real de 52 por cento.

A maioria dos trabalhadores com carteira assinada no país, 59,5%, ganha atualmente, de um a três salários mínimos. O dado consta da pesquisa Perfil do Trabalhador Formal Brasileiro, realizada pelo Serviço Social da Indústria (Sesi) e divulgada em outubro de 2005. Do total de trabalhadores inclusos na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2003, base de dados para pesquisa, 4,7% ganham até um salário mínimo; 16,2% ganham entre três e cinco mínimos; 12,3% ganham entre cinco e dez salários-mínimos e 7,1% ganham mais de dez mínimos.

Anexo 2

Definições importantes

Anarquismo e anarcossindicalismo – Anarquismo é a doutrina ou o movimento que tem como princípio a rejeição da autoridade na organização social. Seu principal inimigo é o Estado e tudo o que ele implica: soberania, fronteiras, territorialidade, controle exclusivo dos meios de coerção física etc. Houve tradicionalmente duas grandes correntes: a do anarquismo individualista e a do anarquismo libertário.

Os anarquistas crêem que a sociedade pode se auto-regular mediante a organização de indivíduos em grupos constituídos livremente. Segundo o anarcossindicalista francês Fernand Pelloutier (1868-1901), os sindicatos anarquistas *livres*, isto é, não atrelados a qualquer partido, é que deveriam ser os verdadeiros instrumentos revolucionários dos trabalhadores, em vista da criação de uma sociedade socialista. A revolução assim preparada deveria tomar a forma de uma greve geral. Foi este aspecto do anarquismo, o chamado *anarcossindicalismo*, que exerceu grande influência nos movimentos operários de numerosos países da Europa e da América, entre eles o Brasil, aproximadamente do final do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX.

Sindicalismo e sindicatos. Fenômeno social relacionado com o aparecimento dos trabalhadores assalariados, concomitante com o surgimento do capitalismo industrial, que começou com a entrada das máquinas movidas por energia não-humana. Essa fase é conhecida como Revolução Industrial.

O que caracteriza com maior precisão uma associação sindical é o princípio da defesa dos assalariados diante dos empregadores. Para que exista o sindicato, é necessário o surgimento de uma situação social em que haja separação entre o proprietário dos meios de produção e os trabalhadores. Por esse motivo, um sindicato não poderia ser confundido com associações de não-assalariados, de assalariados não-permanentes ou com as coalizões transitórias.

Esta concepção puramente trabalhista dos sindicatos não é aceita pelos comunistas (para os quais os sindicatos, no dizer de Lênin, deveriam ser as “correias de transmissão do Partido Comunista para as massas”) nem pelos anarcossindicalistas com aspirações revolucionárias (ver acima). Em geral, nos países saxônicos e escandinavos, os sindicatos não assumiram caráter revolucionário, deixando de lado as lutas de classe. Desenvolveram um sindicalismo de resultados, dentro da moldura da sociedade capitalista.

Guerra fria. Expressão empregada, a partir da II Guerra Mundial, para designar a oposição entre o mundo comunista e o mundo capitalista, liderados, respectivamente, pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Chamava-se *guerra fria* porque não levou a combates em grande escala, embora houvesse o temor constante de que pudesse terminar em conflito militar, com o uso de armas nucleares. A expressão ficou consagrada a partir da publicação do livro *A guerra fria*, editado em 1947 pelo jornalista americano Walter Lippman.

As tensões se intensificaram durante a década de 1950 e começaram a se atenuar durante os anos 60. Na década de 1970, EUA e URSS assinaram tratados para limitação de armas nucleares. A chamada *guerra fria* foi se esvaziando até terminar com a queda do Muro de Berlim e a desintegração da União Soviética, em fins da década de 1980 e início da de 1990.

Principais publicações sindicais

De 1922 a 2004⁵⁵

- 1922 – *Movimento Comunista*
(Rio de Janeiro ?)
- 1922 – *O Proletário* (São Paulo, SP)
- 1922 – *O Trabalhador* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1923 – *La Difesa* (São Paulo, SP)
- 1923 – *Nossa Voz* (Bagé, RS)
- 1923 – *O País* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1924 – *Martelo e Foice* (Porto Alegre, RS)
- 1925 – *A Classe Operária*
(Rio de Janeiro ?)
- 1925 – *Revista Proletária*
(Rio de Janeiro, RJ)
- 1926 – *A Nação* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1926 – *O 1º de Maio* (Sertãozinho, SP)
- 1927 – *A Marcha* (Rio de Janeiro ?)
- 1927 – *A Nação* (Rio de Janeiro ?)
- 1928 – *Autocrítica* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1928 – *A Luta* (Porto Alegre, RS)
- 1929 – *Luta de Classe* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1929 – *Revista Operária*
(Ponta Grossa, PR)
- 1930 – *Classe Operária*
(Rio de Janeiro, RJ)
- 1930 – *O Povo* (Porto Alegre, RJ)
- 1931 – *Das Hand Werk*
(Porto Alegre, RS; em alemão)
- 1931 – *A Voz do Operário* (Curitiba, PR)
- 1932 – *Jornal do Operário*
(Porto Alegre, RS)
- 1933 – *Aktion*
(Porto Alegre, RS; em alemão)
- 1933 – *Meu Jornal* (Curitiba, PR)
- 1934 – *A Batalha*
- 1934 – *Forja Operária* (Porto Alegre, RS)
- 1934 – *TAS* (Porto Alegre, RS)
- 1935-45 – *Tribuna Popular*
(Rio de Janeiro ?)
- 1937 – *Alarm*
(Porto Alegre, RS; em alemão)
- 1937 – *Deutsches Buch*
(Porto Alegre, RS; em alemão)
- 1937 – *Penti Fino*
(Bagé, RS; em italiano)
- 1940 – Boletim Informativo
(Porto Alegre, RS)
- 1940 – *O Circulismo nos Pampas*
(Porto Alegre, RS)
- 1942 – *O Metalúrgico* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1944 – *A Libertação* (Porto Alegre, RS)
- 1945 – *Tribuna Gaúcha*
(Porto Alegre, RS)
- 1945 – *Tribuna Popular*
(Porto Alegre, RS)
- 1945 – *Voz Operária* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1945 – *Ação Direta* (São Paulo, SP)
- 1945 – *Ação Sindical* (São Paulo, SP)
- 1945 – *O Archote* (Niterói, RJ)
- 1945 – *Revolta* (Rio de Janeiro ?)

- 1945 – *Vanguarda Socialista*
(São Paulo, SP)
- 1945 (?) – *Aurora* (Rio de Janeiro ?)
- 1948 – *A Voz do Povo* (Porto Alegre, RS)
- 1949 – *A Luta* (Porto Alegre, RS)
- 1950 – *O Bodoque* (Ribeirão Preto, SP)
- 1950 – *O Dia* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1950 – *O Marmiteiro* (Ribeirão Preto, SP)
- 1950 – *Horizonte* (Porto Alegre, RS)
- 1950 – *A Terra Livre* (Nacional)
- 1950 – *Zé Brasil* (Ribeirão Preto, SP)
- 1951 – *Boletim do Metalúrgico*
(Porto Alegre, RS)
- 1952 – *Batalha dos Trilhos*
(Ribeirão Preto, SP)
- 1952 – *O Gráfico* (Porto Alegre, RS)
- 1952 – *Vanguarda Socialista*
(São Paulo, SP)
- 1953 – *Gazeta Sindical*
(Rio de Janeiro, RJ)
- 1954 – *Voz Operária* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1955 – *Ação Direta* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1956 – *Novos Rumos* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1957 – *Novos Tempos* (?)
- 1958 – *Hoje* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1959 – *Folha Metalúrgica*
(Porto Alegre, RJ)
- 1960 – *Ação Direta* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1960 – *Dealbar* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1960 – *Estudos Sociais*
(Rio de Janeiro, RJ)
- 1960 – *Problemas* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1961 – *A Classe Operária*
(Rio de Janeiro, RJ)
- 1961 – *Política Operária*
(Rio de Janeiro, RJ)
- 1963 – *O Combate* (Pelotas, RS)
- 1963 – *A Luta* (Porto Alegre, RS)
- 1964 – *O Eletricitário* (São Paulo, SP)
- 1970 – *Estudos*
- 1970 – *Tribuna de Debates*
(Rio de Janeiro, RJ)
- 1975 – *Brasil Socialista*
- 1975 – *Frente Operária*
- 1976 – *Boletim Nacional da Ação Popular*
(Nacional)
- 1976 – *Libertação*
- 1977 – *O Metalúrgico* (Santo André, SP)
- 1978 – *Convergência Socialista*
- 1978 – *Hora do Povo*
- 1978 – *O Sindiquim* (SP)
- 1979 – *Jornal do Metalúrgico*
(Santos, SP)
- 1979 – *O Companheiro Metalúrgico*
(Guarulhos, SP)
- 1980 – *O Metalúrgico* (São Paulo, SP)
- 1980 – *Voz da Unidade* (São Paulo, SP)
- 1982 – *Jornal dos Trabalhadores*
- 1982 – *Centro Médico de*
Ribeirão Preto (SP)
- 1983 – *Boletim Nacional do PT*
(Nacional)
- 1983 – *O Jornal da CUT*
- 1985 – *Bancário* (Rio de Janeiro, RJ)
- 1985 – *Tribuna Sindical* (Nacional)
- 1986 – *Aperto* (Sorocaba, SP)
- 1986 – *Bamerisuga* (São Paulo, SP)
- 1986 – *Debate Sindical*

- | | |
|---|--|
| 1988 – <i>O Metalúrgico em Família</i>
(São José dos Campos, SP) | 2002 – <i>Sindicato, 70 anos</i>
(caderno; Rio de Janeiro, RJ) |
| 1989 – <i>Ligação</i> (revista; SP) | 2002 – <i>Surgente</i> |
| 1991 – <i>BancáRio</i> (Rio de Janeiro, RJ) | 2002 – <i>Fenajufe</i> |
| 1993 – <i>Revista dos Bancários</i>
(São Paulo, SP) | 2003 – <i>CUT</i> (revista; São Paulo, SP) |
| 1993 – <i>Alquimia</i> (revista) | 2003 – <i>Jornal CUT</i> (São Paulo, SP) |
| 1995 – <i>Questão de Honra</i> (revista) | 2004 – <i>Revista da Secretaria Sindical</i>
<i>Nacional</i> , nº 2 |
| 1995 – <i>SOS Previdência</i> (São Paulo, SP) | 2004 – <i>Tribuna Metalúrgica</i>
(em braille; SP) |
| 1995 – <i>Por Outro Lado</i>
(revista; Rio de Janeiro, RJ) | 2004 – <i>Bombavista</i>
(Rio de Janeiro, RJ) |
| 1995 – <i>Interativa</i> (revista) | 2004 – <i>Confusão</i> (Rio de Janeiro, RJ) |
| 1996 – <i>Público</i> (Rio de Janeiro, RJ) | 2004 – <i>O Proletário</i> (Maceió, AL) |
| 1997 – <i>Expressão Sinjus</i> (MG) | |

Este levantamento foi extraído de lista cedida pelo professor Alberto Moby, baseada em: *Pequena história da imprensa social no Brasil*, de Edgar Rodrigues, 1997; *Italianos e movimento operário no Brasil* (CUT, s/d); e *Organização dos trabalhadores* (Prefeitura de Santos, 1991). E também do livro *Imprensa operária no Brasil*, Maria Nazareth Ferreira, 1988, fundamentado no arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp; e de *A Comunicação dia-a-dia*, Núcleo Piratininga de Comunicação, 2004.

Bibliografia

AGUIAR, Marco Antônio de Souza et al. *Ditadura econômica x democracia*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1983.

ARAÚJO, Vladimir Calfeffi. O jornalismo de informação sindical no Brasil: atores, práticas e estratégias de produção jornalística. www.bocc.ubi.pt

ARVON, Henri. *L'Anarchisme*. 7 ed. Paris: PUF, 1977.

BORGES, Altamiro. As polêmicas da reforma sindical. Intervenção apresentada em debates no Sindicato dos Professores de Campinas e no Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro. (Internet, 2004?)

BOTTOMORE, Tom (org.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil*. 1880-1920. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. *A imprensa operária no Brasil*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1988.

FERREIRA, José Maria Carvalho. Edgar Rodrigues e o movimento anarquista no Brasil (entrevista com E.R.). Utopia, s/l,s/d.

FOLHA DE S. PAULO. Na década de 20, a agonia do regime. Depoimento de Barreto Leite Filho a Gilberto Negreiros, 5 jan. 1979.

GIANNOTTI, Vito. *Os trabalhadores da aviação – de Getúlio a FHC*. s/l, s/d, 1995.

_____. *O que é jornalismo sindical*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. Comunicação sindical e disputa pela hegemonia. www.piratininga.org.br, 2004.

GUÉRIN, Daniel. *L'Anarchisme*. Col. Idées. Paris: Gallimard, 1976.

_____. *Ni Dieu ni Maître*. Anthologie de l'anarchisme. 4

vols. Paris: Maspero, 1976.

HARDMAN, Francisdo Foot. *Nem pátria nem patrão*. Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.

JOLL, James. *The Anarchists*. 2 ed. London: Methuen, 1979.

LEFÈBVRE, Henri. *La pensée de Karl Marx*. Paris: Bordas, 1966.

MACHADO, Rosi Marques. *A luta e a letra*. Tese de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro, 1996.

MARQUES, Guilherme. *O Novo Sindicalismo, a estrutura sindical e a voz dos trabalhadores*. Entrevista de Rosângela Gil e Sérgio Domingues. Rio de Janeiro: Editora Adia, 2005.

NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO. *A comunicação dia-a-dia* (agenda). Rio de Janeiro: NPC, 2004.

_____ .1^o de Maio, dois séculos de luta operária. *Cadernos de Formação*. Rio: NPC, jan/mar. 2005.

SONINHO, Guilherme Marques. Sindicalismo corporativo no Brasil: início, meio e...fim? www.portalpopular.org.br .

PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Imprensa sindical na América Latina. *Cadernos da Intercom*, ano 1, n.1. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio: Mauad, 1998.

WOODCOC, Georges. *Os grandes escritos anarquistas*. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 1981.

Notas

1 FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil, 1978; Imprensa operária no Brasil - 1880-1920, 1988* [Obs. São dois livros diferentes com títulos quase iguais: o segundo não tem o artigo *a*].

2 SÉRGIO, Nilo. Entrevista aos CADERNOS DA COMUNICAÇÃO, set. 2005.

3 GIANNOTTI, Vito. Entrevista aos CADERNOS DA COMUNICAÇÃO. Nascido na Itália, Giannotti mora no Brasil desde 1966. É militante da CUT e autor de vários livros sobre o movimento sindical no Brasil. Atualmente, um dos diretores do Núcleo Piratininga de Comunicação.

4 Apud FERREIRA, J. M. C. Edgar Rodrigues e o movimento anarquista no Brasil. *Utopia, s/l,s/d..*

5 GIANNOTTI, VITO. Id.

6 HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria nem patrão*, 1983.

7 A primeira das federações internacionais da classe trabalhadora de países europeus. Inicialmente teve sede em Londres, e durou de 1864 a 1876. Foi nela que marxistas e anarquistas tiveram os primeiros desentendimentos sérios que não cessaram até hoje.

8 SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Imprensa sindical na América Latina. Cadernos Intercom*, 1982.

9 Cumpre lembrar que as primeiras tentativas de organização *operária* no Brasil surgiram no século XIX, com os socialistas-positivistas. Edgar Rodrigues, por sua vez, leva sua pesquisa sobre comunidades de trabalhadores negros até 1673 [ver FERREIRA, J.M.C. Op. cit.]

10 Mihail Bakunin, revolucionário russo (1814-1876), um dos fundadores do anarquismo revolucionário. Foi o principal adversário de Marx na Primeira Internacional.

11 JOLL, James. *The Anarchists*, 1979. [Joll é professor de História Internacional na Universidade de Londres].

12 Líder anarquista francês. De origem burguesa, educado em escolas religiosas, tornou-se no seu país o maior defensor das Bourses du Travail, que considerava o embrião da "associação livre dos produtores" prevista por outro *pai* do anarquismo, o já citado Mikhail Bakunin.

13 As Bourses du Travail eram sindicatos organizados em base local, aos quais se podiam filiar os operários de todos os ofícios. Logo assumiram outras funções e se tornaram centros de discussão dos problemas do operariado.

14 PELLOUTIER. F. *L'Anarchisme et les syndicats ouvriers*. Apud JOLL, op. cit.

15 Proudhon (1809-1865), considerado pela crítica um dos maiores escritores da língua francesa, é talvez o mais importante teórico do anarquismo. Escreveu, entre

outros livros, *Système des contradictions économiques ou philosophie de la misère*, 1846 (a que Marx respondeu com violência em *La misère de la philosophie*); *La justice dans la révolution et dans l'église*, 1858; *Du principe fédératif*, 1863; etc.

16 GUÉRIN, Daniel. *L'Anarchisme*, 1976.

17 MONATTE, Pierre. Apud GUÉRIN, op. cit. Pierre Monatte, partidário do sindicalismo "puro", acreditava, de modo otimista, que o sindicato tinha em si mesmo autodefesas que impediriam a burocratização de seus funcionários.

18 Errico Malatesta nasceu na Itália, chegou a propor a criação de uma Internacional. Teve intensa atividade jornalística revolucionária, até ser reduzido ao silêncio por Mussolini.

19 Teórico francês (1847-1922), criou o *mito* da *greve geral*. Tido como uma das figuras mais controversas da história do marxismo. Autor de *Réflexions sur la violence*, 1906.

20 Relativa a 1848. Tira seu nome da revolução, ou revoluções, de caráter socialista, feitas pelos trabalhadores franceses, em 1848. A data marca o começo de uma série de movimentos revolucionários de trabalhadores, que vai até 1852. [Seu ideário teve influência no pensamento de numerosos intelectuais brasileiros].

21 FERREIRA, 1988. Op. cit.

22 Socialista utópico francês (1811-1882), teve participação importante na Revolução de 1848. Propôs a criação das associações de trabalhadores de um mesmo ramo de produção, as Oficinas Nacionais, financiadas pelo Estado. O lucro seria dividido pelo Estado, pelos associados, e para fins institucionais.

23 Teórico francês (1772-1837), também um dos criadores do chamado *socialismo utópico*.

24 Apud FERREIRA, J.M. C. Op. cit.

25 Nome do deputado e fazendeiro paulista autor da lei.

26 FERREIRA, J.M.C. Op. cit.

27 FOLHA DE S. PAULO, 5 jan. 1979.

28 *O Paiz*, Rio, 20 ago.1906. Apud FERREIRA, 1978.

29 SONINHO, Guilherme Marques. *Sindicalismo corporativo no Brasil: início, meio e... fim?* (www.portalpopular.org.br)

30 SODRÉ, N.W. 1998.

31 FERREIRA. Id., *ibid*,

32 FERREIRA, J.M.C. Op. cit.

33 FERREIRA, J. M. C. Op. cit.

34 FERREIRA, J. M. C. Op. cit.

35 HARDMAN. Op. cit.

36 A maioria é composta de jornais anarquistas

37 FERREIRA, J. C. M. Op. cit.

38 SONINHO. Op. cit.

39 GIANNOTTI. *Os trabalhadores da aviação*, 1995.

40 SONINHO. Op. cit.

41 Apud FERREIRA, J.M.C. Op. cit.

42 Leônidas de Resende [1899-1950], “talvez a principal figura do marxismo brasileiro para as gerações que freqüentavam a universidade nas décadas de 30 e 40”, foi um teórico heterodoxo, catedrático de economia política da Faculdade Nacional de Direito (1932): jamais aderiu “à organização política do marxismo”. Tentou conciliar o pensamento de Comte (positivismo) com o de Marx. É tido como um dos grandes representantes da chamada “vertente brasileira do marxismo”. Autor de *A formação do capital e seu desenvolvimento*, 1932 (ver PAIM, 1967).

43 RODRIGUES, J.M.C. Op. cit.

44 FERREIRA. Op. cit, 1988.

45 GIANNOTTI, Vito. Entrevista aos CADERNOS DA COMUNICAÇÃO.

46 FERREIRA, 1988. Op. cit.

47 FERREIRA. Id. *ibid.*

48 FERREIRA. Op. cit. 1988.

49 MACHADO, 1996.

50 Apud MARQUES, Guilherme. O novo sindicalismo, a estrutura sindical e a voz dos trabalhadores, em entrevista de Rosângela Gil e Sérgio Domingues, em 13/4/2005). Internet.

51 ARAUJO, Vladimir Caleffi. O jornalismo de informação sindical no Brasil: atores, práticas e estratégias de produção jornalística. Internet.

52 ARAUJO. Op. cit.

53 GIANNOTTI, *O que é jornalismo sindical*, 1998.

54 Dados extraídos de AGUIAR, Marco Antonio de Souza et al. *Ditadura econômica versus democracia*. Op. cit. e do Dieese.

55 Imprensa comunista, anarquista, de outros partidos e de sindicatos independentes. Ver nota 36.

Este livro foi composto em Garamond, corpo 12/16, abertura de capítulos em Times New Roman Bold, corpo 20 e corpo 18, legendas e notas em Arial, corpo 8/9. Miolo impresso em papel *offset* 90gr/m² e capa em cartão supremo 250gr/m², na Imprensa da Cidade, em agosto de 2005.